



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Concursos Públicos – Edital n.º 1/99 – PA/INSS, de 1.º/9/99, republicado em 16/9/99

CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO

GRUPO I

GRUPO I

GRUPO I

- Nas questões de 1 a 22, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens CERTOS na coluna C; itens ERRADOS na coluna E.
- Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 1

A Companhia MANCOL – Construção Civil, por meio de seus sócios fundadores, requereu junto ao órgão competente para o registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal o arquivamento dos seus atos constitutivos. Com relação a esse fato, julgue os itens a seguir.

- ① A Companhia MANCOL – Construção Civil, apesar de seu objeto social não estar contemplado no antigo Regulamento n.º 737, de 1850, será necessariamente uma sociedade mercantil regida pelas leis e usos do comércio.
- ② A Junta Comercial do Distrito Federal, caso encontre em seus arquivos o registro da empresa MANCAL Construções Ltda., poderá, em face do princípio da veracidade que protege o nome comercial, indeferir o pedido de arquivamento dos atos constitutivos da Companhia MANCOL – Construção Civil.
- ③ Alicerçada no princípio da publicidade, aplicável ao registro público do comércio, qualquer pessoa poderá consultar, depois de arquivados, os assentamentos da Companhia MANCOL – Construção Civil na Junta Comercial do Distrito Federal e obter certidões, desde que demonstre interesse e proceda ao pagamento da taxa, se houver.
- ④ A proteção ao nome comercial, em âmbito nacional, da Companhia MANCOL – Construção Civil decorrerá automaticamente do arquivamento dos seus atos constitutivos na Junta Comercial do Distrito Federal.
- ⑤ Depois de arquivados os seus atos constitutivos, a Companhia MANCOL – Construção Civil adquirirá personalidade jurídica e, por conseguinte, autonomia patrimonial, nome próprio, domicílio certo e nacionalidade.

QUESTÃO 2

O direito comercial, a par de outras legislações, impõe aos comerciantes um conjunto de obrigações específicas, as quais incluem a utilização de livros comerciais. Acerca dessas obrigações, julgue os itens abaixo.

- ① Os comerciantes são obrigados a manter contabilidade regular e a conservar a escrituração, as correspondências e os papéis referentes ao seu negócio, enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas.
- ② A escrituração do comerciante deve ser feita em livros próprios, divididos em livros auxiliares e obrigatórios. Entre estes últimos, encontra-se o Livro Diário, no qual serão lançadas todas as operações contábeis com individuação e clareza, bem como o resumo do balanço geral anual.
- ③ Os livros obrigatórios, revestidos das formalidades legais, podem fazer prova plena contra e a favor do comerciante-proprietário originário, mas não contra os seus sucessores.
- ④ Em juízo, o exame dos livros comerciais abrange as transações entre os litigantes e as transações com terceiros não-litigantes.
- ⑤ A obrigação provada por conta extraída dos livros comerciais e verificada judicialmente, nos termos previstos em lei, torna-se líquida e legítima o pedido de falência do comerciante.

QUESTÃO 3

Atualmente, no Brasil as sociedades anônimas e as sociedades por cotas de responsabilidade limitada são as duas espécies mais relevantes de sociedades mercantis, sobretudo porque limitam a responsabilidade dos sócios cotistas ou acionistas. Acerca dessas sociedades, julgue os itens que se seguem.

- ① Nas sociedades anônimas, a responsabilidade dos acionistas por obrigações da sociedade é limitada ao valor nominal das ações subscritas ou adquiridas, enquanto, nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada, a responsabilidade dos sócios cotistas cifra-se à importância total do capital social.
- ② Adotando-se como critério de distinção o número de acionistas, as sociedades anônimas apresentam-se em duas espécies: as sociedades abertas e as sociedades fechadas.
- ③ O reembolso é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberações da assembleia geral o valor de suas ações, o qual, em nenhuma situação, poderá ser inferior ao valor patrimonial dessas ações.
- ④ A sociedade por cotas de responsabilidade limitada pode ser considerada sociedade de pessoas ou de capital, de acordo com a vontade dos sócios estabelecida no contrato social.
- ⑤ Enquanto a sociedade por cotas de responsabilidade limitada pode adotar como nome comercial tanto a razão social quanto a denominação, a sociedade anônima será designada, exclusivamente, por denominação.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Bruno viajou ao Paraguai e lá adquiriu várias mercadorias proibidas. Na época, estava em vigor a Lei n.º 02/99, que tipificava como crime de contrabando **importar ou exportar mercadoria proibida**, cominando-lhe pena de um a quatro anos de reclusão. A Polícia Federal apreendeu as mercadorias alienígenas após darem entrada no território nacional, fora das alfândegas, por estarem desacompanhadas de documento legal. Bruno foi preso em flagrante e processado pela prática de contrabando. Ao ser proferida a sentença, estava em vigor a Lei n.º 10/99, que tipificava o mesmo fato como crime, cominando-lhe uma pena de um a dois anos de detenção.

Em face da situação apresentada, julgue os itens a seguir.

- ① Caso seja julgada procedente a preterição punitiva do Estado, a lei a ser aplicada será a de n.º 02/99, diante do princípio *tempus regit actum*.
- ② Supondo que Bruno fosse japonês e estivesse a turismo no Brasil há apenas dois dias, a falta de conhecimento da regra de proibição poderia levar à exclusão da culpabilidade, se inevitável, ou reduzir o juízo de censurabilidade, se evitável.
- ③ Se Bruno for condenado e, durante a execução da reprimenda, surgir a Lei n.º 20/99, que deixe de considerar crime a sua conduta, deverá ser decretada a extinção da punibilidade, cessando os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- ④ Na hipótese de ser funcionário diplomático da Hungria, a serviço no Brasil, em razão da imunidade diplomática Bruno não ficará sujeito à jurisdição criminal do país em que se acha acreditado.
- ⑤ A apreensão da mercadoria alienígena desacompanhada de documento legal, já no território nacional, mas sem ser transportada ao local a que era destinada, caracteriza contrabando tentado.

QUESTÃO 5

Julgue os itens abaixo.

- ① Se o capitão de um navio sinistrado matar um tripulante que tentar impedi-lo de entrar no bote de salvação antes dos passageiros, poderá ser invocado, em favor do capitão, o estado de necessidade.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
Ciro e Jonas foram sequestrados por amigos durante uma alteração. Afastaram-se, embora trocando graves ameaças. Algum tempo depois, de novo se encontraram e, temendo-se mutuamente, em razão das ameaças recentemente proferidas, contemporaneamente lançaram mão de armas e se feriram reciprocamente.
Nesse caso, Ciro e Jonas agiram em legítima defesa recíproca.
- ③ Se Marcelo praticar um estupro a bordo de um navio mercante de nacionalidade inglesa que se encontrar em águas territoriais brasileiras, aplicar-se-á a esse caso a lei penal brasileira.
- ④ Se o governo federal brasileiro editar uma medida provisória que defina crimes contra a fazenda pública, estabelecendo penalidades aplicáveis a contribuintes, servidores fazendários e terceiros, e, em razão de tal medida, alguém for preso em flagrante pela prática de crime nela tipificado, a detenção será tida por legal, diante do princípio da legalidade, uma vez que, de acordo com a atual Carta Política, medida provisória tem força de lei.
- ⑤ Se um funcionário público for condenado a quatro anos de reclusão pela prática de homicídio simples privilegiado contra sua esposa, tendo como razão das aversões do casal, a perda do cargo poderá, em função do *quantum* da pena, ser motivadamente imposta na sentença.

QUESTÃO 6

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens que se seguem.

- ① Cometerá o crime de peculato impróprio o fiscal de prefeitura que, verificando que o tesoureiro deixou aberta a porta do cofre, dali retirar, em proveito próprio, certa importância em dinheiro.
- ② Não pratica o crime de violação de sigilo funcional o particular – *extraneus* – a quem é transmitido um segredo, a menos que ele concorra para que a revelação seja feita. Entretanto, se determinar ou instigar, de qualquer modo, o funcionário a revelar-lhe o fato, responderá por co-autoria.
- ③ O funcionário público que, no exercício do cargo, exigir para si indevida vantagem da vítima para aliviá-la de sanções impostas em decorrência de infração previdenciária, mas que, devido à intervenção policial provocada pela própria vítima, não vier a receber o dinheiro exigido, praticará concussão tentada.
- ④ Para a configuração de sonegação de papel ou objeto de valor probatório, não basta que o advogado haja retido os autos além do prazo legal: é mister que não os restitua após ter sido intimado para devolvê-los e que não o tenha feito no prazo legal.
- ⑤ O chefe de repartição pública que tarda meses para tomar providências contra subordinado de sua confiança que tiver cometido infração penal no exercício do cargo pratica, em tese, condescendência criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 7

Considere a seguinte situação hipotética:

Um promotor de justiça recebeu inquérito policial versando sobre determinado crime de ação penal pública incondicionada. Examinando os elementos contidos na peça informativa, concluiu que o comportamento narrado não se ajustava a nenhum modelo de lei, tratando-se de conduta atípica, estranha ao direito penal. Dessa forma, requereu o arquivamento do inquérito policial.

Diante dessa situação, julgue os itens seguintes.

- ① Caso discorde do pedido de arquivamento, o magistrado determinará a remessa dos autos ao procurador-geral de justiça. Ratificado o pedido de arquivamento, não será ilegal a decisão do juiz de remeter o inquérito à polícia judiciária para novas diligências.
- ② Se o pedido de arquivamento for deferido, não poderá a pessoa que figure como vítima ou quem tenha qualidade para representá-la ingressar com uma queixa-crime subsidiária, visando à propositura da ação penal, sob o pretexto de que o promotor de justiça não ofereceu denúncia no prazo legal.
- ③ Se o inquérito policial estiver sendo presidido pelo genitor do indiciado, na condição de delegado, caberá ao órgão do Ministério Público opor a suspeição da autoridade policial.
- ④ Será cabível a ação penal privada subsidiária se proposta após o pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público, mas antes de sua apreciação pelo juiz.
- ⑤ Aceita a ação penal privada subsidiária, o Ministério Público retornará à condição de parte principal em caso de desídia do querelante, ou seja, quando tenha ocorrido uma omissão caracterizadora da preempção. Nesse caso, não haverá extinção da punibilidade.

QUESTÃO 8

Julgue os seguintes itens.

- ① Um juiz federal que praticar um homicídio – crime doloso contra a vida – será julgado pelo tribunal do júri, juiz natural desse crime, e não pelo tribunal regional federal (TRF) da área de sua jurisdição.
- ② Falece competência ao Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar conflito de atribuições suscitado entre um Ministério Público estadual e o Ministério Público Federal, em representação criminal formulada contra prefeito municipal, objetivando a apuração do desvio de verbas oriundas de convênios celebrados entre a prefeitura e entidades federais.
- ③ Como regra geral, é vedado ao juiz deprecado recusar o cumprimento de carta precatória. Assim, em observância aos princípios da celeridade e economia processuais, deve o réu ser citado e interrogado na comarca em que se encontre domiciliado.
- ④ É admissível *habeas corpus* impetrado por promotor de justiça em favor de sentenciados indeterminados que foram condenados irrecorrivelmente a cumprir pena em regime semi-aberto e estejam ilegalmente em regime fechado.
- ⑤ Se o réu preso apela e, posteriormente, foge, a deserção tem de ser reconhecida. A recaptura não impede que seja declarada a deserção do recurso.

QUESTÃO 9

De acordo com a lei processual penal brasileira, julgue os itens a seguir.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:
Um réu reincidente em crime doloso, a quem antes se impôs pena privativa de liberdade, foi condenado a dois anos de reclusão por prática de crime equiparado a crime hediondo, tendo o juiz sentenciante concedido o *sursis*.
Dessa decisão, o Ministério Público Federal poderá interpor recurso em sentido estrito.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
Maria foi condenada irrecorrivelmente pela prática de peculato. O juiz singular, para fundamentar o *decisum*, optou por uma corrente jurisprudencial posteriormente revista pelo tribunal *ad quem* e pelo próprio magistrado.
Nesse caso, será cabível a revisão criminal.
- ③ Se Pedro for condenado pela prática do crime de prevaricação, sendo a decisão oralmente tornada pública na audiência, presentes o réu e a defensoria pública, na hipótese de irresignação da defesa a defensoria pública terá dez dias para interpor recurso de apelação.
- ④ O entendimento atual do STF, após revisão de orientação jurisprudencial anterior, é no sentido de que, cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito (ou a ação penal) seja iniciado após a cessação daquele exercício.
- ⑤ A requisição de inquérito policial, por promotor de justiça, para apurar infração penal irrogada a um prefeito municipal não interfere com a prerrogativa de foro de que este goza *pro preceptivo* constitucional. Nesse caso, a instauração da ação penal somente deverá ser formulada por órgão ministerial com atribuição junto ao tribunal de justiça estadual ou junto a TRF, conforme o caso, que o julgará. Por outro lado, não deverá a referida autoridade municipal ser submetida à inquirição por autoridade policial.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 10

A identificação da relação de emprego a partir de seus elementos característicos constitui um dos temas mais tormentosos enfrentados nos âmbitos da doutrina e da jurisprudência. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- ① É empregado o trabalhador que presta serviços onerosos e não-eventuais e que se faz substituir por terceiros em situações ocasionais, aos quais repassa parte proporcional de seus ganhos.
- ② Empregador é a pessoa individual ou coletiva que admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços e que, observando as modernas doutrinas da co-gestão e da participação dos empregados nos lucros, estará autorizada a partilhar com estes os riscos do empreendimento.
- ③ Por subordinação jurídica deve-se entender a restrição imposta à autonomia de vontade do operário, que se submete aos poderes de comando e hierárquico do empregador.
- ④ A dependência técnica do trabalhador ao empregador é dispensável para a caracterização da relação de emprego.
- ⑤ Nas atividades terceirizadas, o vínculo de emprego não se forma diretamente com o tomador de serviços, quando a função exercida estiver ligada às operações-meio ou não-finalísticas do empreendimento e desde que ausentes os requisitos da personalidade e da subordinação direta.

QUESTÃO 11

Acerca do contrato de trabalho, julgue os itens abaixo.

- ① A inscrição do vínculo de emprego na Carteira de Trabalho e Previdência Social, definindo direitos e deveres dos contratantes, é irrelevante para a validade e eficácia dessa modalidade contratual.
- ② A autonomia de vontade no âmbito do direito do trabalho é limitada pelos contratos coletivos de trabalho, pelas condições mínimas de proteção ao trabalhador e pelas decisões das autoridades competentes.
- ③ Por aplicação do princípio da proteção, o contrato por tempo determinado não poderá ser celebrado mesmo quando vinculado a atividades empresariais de caráter transitório.
- ④ A alteração na propriedade da empresa não pode afetar os contratos de trabalho, reduzindo direitos e garantias previstos em regulamento, ainda que haja concordância expressa dos trabalhadores.
- ⑤ Como manifestação do princípio da continuidade da relação de emprego, a rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado poderá ser objeto de reconsideração unilateral, desde que manifestada no curso do aviso prévio.

Texto I – questões 12 e 13

Após três anos e meio de vínculo de emprego, um trabalhador, chefe de departamento de uma grande rede de supermercados, foi promovido ao posto de gerente, sendo designado para atuar em outra filial da empresa, instalada na periferia da mesma cidade onde possui domicílio, com plenos poderes de gestão e representação.

Com a promoção, ele passou a perceber gratificação adicional de função, equivalente a 100% de sua anterior remuneração, cumprindo jornada das 6 h 30 min às 22 h 30 min, com uma hora de intervalo e uma folga semanal.

Passados onze anos de vigência dessa situação, resolveu a empresa destituí-lo do posto gerencial, suprimindo a gratificação adicional e promovendo, em seguida, após cinco meses de trabalho, a rescisão do contrato sem motivo justificado, com a indenização do período alusivo ao aviso prévio.

Os valores devidos pelas verbas resultantes da rescisão do contrato foram pagos no 16.º dia contado da data da comunicação da rescisão, em razão de viagem de quatorze dias empreendida pelo empregado, logo após receber a notícia de sua dispensa.

QUESTÃO 12

Com base na situação hipotética apresentada no texto I e à luz do direito vigente, julgue os itens que se seguem.

- ① A destituição do empregado do posto gerencial foi lícita e não violou o princípio da inalterabilidade do contrato em prejuízo do empregado.
- ② A gratificação de função percebida incorpora-se para todos os efeitos ao patrimônio jurídico do empregado, mas apenas durante o período em que exercido o posto gerencial.
- ③ A gratificação de função deve ser considerada pela metade para o cálculo das verbas rescisórias porque foi percebida durante mais de seis meses dos doze últimos meses trabalhados.
- ④ A transferência do local de trabalho gerou para o empregado o dever de pagar o adicional de 25%, previsto pela legislação vigente.
- ⑤ O período relativo ao aviso prévio, exatamente porque indenizado, não será computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

QUESTÃO 13

Ainda com base na situação relatada no texto I, julgue os itens abaixo.

- ① A rescisão é nula de pleno direito, pois não foi submetida ao crivo do ente sindical da categoria profissional do trabalhador, ficando assegurado a este o retorno ao emprego, com todas as vantagens até então conquistadas.
- ② O gerente terá direito a horas extras, a partir da promoção, porquanto foram suplantados os limites diário – de 8 horas – e semanal – de 44 horas.
- ③ As horas extras apenas seriam devidas a partir da 10.ª hora diária, pois a gratificação paga remunerava o valor das duas primeiras horas subsequentes à 8.ª hora diária.
- ④ O pagamento das verbas rescisórias verificado no 16.º dia contado da notícia da rescisão não configura mora, acarretando ao empregador o dever de pagar multa equivalente a um salário do empregado, em face da culpa do prestador pela violação ao decêndio legal.
- ⑤ O adicional noturno é devido ao trabalhador, pois restou verificado o labor após as 22 horas, não sendo suficiente a afastá-lo o valor da gratificação auferida.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 14

Julgue os itens a seguir.

- ① Os órgãos de primeiro grau da justiça do trabalho, denominados juntas de conciliação e julgamento, compostos por um juiz presidente e dois representantes classistas, atuam de forma colegiada exclusivamente durante o processo de conhecimento.
- ② As juntas de conciliação e julgamento podem funcionar com qualquer número de membros, desde que presente o juiz togado.
- ③ Os tribunais do trabalho são compostos de um quinto de membros oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, um quinto de representantes das classes patronais e operárias e três quintos de juízes togados oriundos da carreira da magistratura.
- ④ Compete à justiça do trabalho executar as contribuições previdenciárias devidas por empregados e empregadores que decorram de suas sentenças, cabendo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) propor a ação de execução, restando excepcionada, no particular, a competência dos órgãos da justiça federal comum.
- ⑤ Ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) compete o julgamento dos recursos de revista interpostos contra acórdãos proferidos por tribunais regionais do trabalho que violem literal disposição de lei federal ou que afrontem a Constituição da República.

QUESTÃO 15

Em audiência trabalhista, depara-se a parte com o comparecimento de uma única testemunha que, embora suspeita, apresentou depoimento decisivo para a formação da convicção judicial. Na ocasião, alegando suspeição, ofereceu contradita à oitiva da testemunha, a qual acabou rejeitada por falta de provas.

Após dez dias do regular encerramento da instrução, com a renovação da proposta conciliatória e a designação de audiência para a publicação da sentença, peticionou a dita parte ao juiz presidente da junta, requerendo a reabertura da etapa instrutória, com o propósito de produzir provas da suspeição testemunhal alegada. Indeferido o pedido, a interessada manifestou agravo retido, para posterior e eventual julgamento pela instância jurisdicional revisora.

Acerca das informações contidas na situação hipotética relatada, julgue os itens que se seguem.

- ① Não havendo no processo do trabalho a obrigatoriedade de depósito de rol prévio de testemunhas, não se poderia exigir da parte a apresentação, já na mesma audiência, dos elementos comprobatórios da suspeição afirmada.
- ② O requerimento de reabertura da instrução apenas poderia ser admitido se o reputasse necessário o magistrado, reitor do processo e destinatário de toda a atividade probatória dos litigantes.
- ③ Contra o indeferimento do pedido de reabertura da instrução, seria admissível o mandado de segurança, uma vez que, embora encerrada a instrução, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, constitui direito líquido e certo dos litigantes.
- ④ O tribunal revisor, antes de apreciar eventual recurso ordinário interposto contra a sentença proferida com base na prova discutida, deve julgar o agravo de instrumento retido, oportuna e tempestivamente proposto.
- ⑤ A decisão judicial indeferitória da contradita tornou-se imutável ante a inércia da parte em requerer, ainda durante a realização da audiência, a produção das provas admissíveis.

QUESTÃO 16

Acerca da sistemática dos recursos na justiça do trabalho e da competência de seus órgãos, julgue os itens seguintes.

- ① Nas causas de alçada exclusiva das juntas de conciliação e julgamento, quando o valor não superar a dobra do mínimo legal, serão admitidos embargos infringentes.
- ② Os embargos declaratórios, em face da natureza da omissão havida, podem gerar a imposição de efeito modificativo ao julgado, admitindo-se, nessas hipóteses, a concessão de oportunidade para que a parte contrária ofereça contra-razões.
- ③ A interposição de recurso ordinário perante o órgão responsável pelo julgamento atacado impedirá a execução provisória da sentença, salvo nos casos em que a condenação for igual ou inferior a dez salários mínimos.
- ④ O recurso de revista é admissível quando a decisão proferida por tribunal regional do trabalho (TRT) negar vigência à legislação trabalhista ou à Constituição da República, ou ainda quando der ao mesmo dispositivo legal interpretação diversa da que tenha sido dada por outro TRT e desde que a matéria não esteja pacificada na jurisprudência do TST.
- ⑤ Ressalvada a hipótese de ofensa direta à Constituição, o recurso de revista não terá efeito suspensivo.

QUESTÃO 17

Em ação proposta com o objetivo de preservar o direito à estabilidade no emprego, resultante da eleição do trabalhador para cargo de representação sindical, a empresa, regularmente citada, não se fez pessoalmente presente à audiência em que seriam definidos os limites da lide, embora tenha comparecido seu advogado, munido de defesa escrita, procuração e diversos documentos comprobatórios de suposto ato de improbidade cometido pelo prestador.

Considerando que havia pedido liminar de reintegração, o magistrado julgou o apelo de imediato, deferindo-o, registrando em ata os votos contrários dos representantes classistas.

Em seguida, recebeu o juiz presidente a procuração, a cópia do contrato social da empresa, a contestação escrita e os documentos que a acompanhavam, indeferindo, contudo, a produção de quaisquer outras provas e declarando encerrada a instrução, com a designação de nova data para a prolação da sentença.

Julgada a polêmica, a empresa sucumbente manifestou recurso ordinário, requerendo a nulidade do processo, por cerceamento de defesa e inequívoca violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Considerando essa situação hipotética e as peculiaridades do procedimento trabalhista, julgue os itens a seguir.

- ① Foi correta a atuação do juiz presidente ao julgar de imediato o pedido liminar de reintegração, pois, se não o fizesse antes da audiência de instalação dos limites da lide, a competência para julgar o pedido liminar passaria ao órgão colegiado.
- ② A ausência do reclamante à audiência acarreta o arquivamento da ação, caso não tenham sido delimitados os limites da lide, ou a sua confissão ficta, se já apresentada a defesa pelo reclamado.
- ③ Na situação proposta, a ausência do reclamado, independentemente do comparecimento de seu patrono, enseja confissão ficta, pois restou inviabilizada a tomada de seu depoimento, mas não caracteriza revelia, pois estava presente seu advogado, regularmente constituído, com procuração, defesa escrita e documentos.
- ④ Ao julgar o recurso ordinário, o tribunal estará impedido de analisar a correção do procedimento observado na origem, pois a nulidade apenas foi indicada pela primeira vez nas razões de recurso.
- ⑤ Em face da natureza da falta grave argüida pela empresa, a reintegração não seria admissível, devendo o julgador transformar a rescisão do contrato em mera suspensão do empregado, até a solução final da reclamatória.

LÍNGUA PORTUGUESA**Texto II – questões de 18 a 20**

A fraude é um assunto muito sério, mas eu acho que ela tem maiores possibilidades de ocorrer em um clima onde enganos são tratados com muita severidade. Eu não sei quantos problemas começaram efetivamente com a tentativa de encobrir um engano honesto; mas, seguramente, quando as consequências de cometer um erro são quase tão severas quanto as de uma fraude, e quando a maquinaria usada para investigar erros acaba sendo parecida com aquela usada para tratar de suspeitas de fraude, mais pessoas vão considerar a possibilidade do uso da fraude para evitar o estigma de haver errado.

O que é necessário é a descriminalização do erro. A ciência frequentemente avança com a força de teorias que depois se revelam incorretas. Uma hipótese errada pode produzir muitos experimentos excelentes (Colombo, afinal de contas, agindo com uma falsa hipótese, foi ao encontro de um novo mundo).

Eu não creio que a descriminalização do erro leve a mais erros. Erros ocorrem porque seres humanos são falíveis. Tudo de que se precisa é o reconhecimento de que enganos são caminhos para o crescimento, especialmente quando alguém descobre seus erros e aprende com eles.

G. A. Peisako. A descriminalização do erro. *Ciência e Cultura*, vol. 41, n.º 11, p. 1.044 (com adaptações).

QUESTÃO 18

De acordo com as relações de causa e consequência abordadas no texto II, julgue os itens abaixo.

- ① Enganos tratados com muita severidade aumentam as possibilidades de fraude.
- ② Tentativas de encobrir um engano honesto podem causar fraudes.
- ③ Quando a investigação de erros se assemelha àquela adotada nas suspeitas de fraudes, torna-se maior a possibilidade de fraude.
- ④ Sempre que as teorias são incorretas, a ciência avança no caminho do erro.
- ⑤ Aprender com o reconhecimento dos próprios erros leva a crescimento pessoal.

QUESTÃO 19

Julgue os itens a seguir, a respeito das palavras e expressões utilizadas na organização das idéias no texto II.

- ① A tese defendida pelo texto pode ser expressa como: o tratamento dado ao erro deve ser mais moderado que o tratamento dado à fraude.
- ② Considerando que relações de regência representam o modo de interdependência das palavras de uma oração, o verbo **tratar** (L3) está empregado no texto com a mesma regência que se emprega no exemplo: **Trata-se de um mal-entendido**.
- ③ Será mantida a mesma relação de sentido caso as duas primeiras orações do segundo parágrafo sejam ligadas pelo conectivo **no entanto**.
- ④ No segundo parágrafo, o trecho entre parênteses constitui um exemplo que confirma o argumento da oração anterior.
- ⑤ Na linha 21, para que as regras de regência da norma culta sejam respeitadas, é necessário substituir o vocábulo “de” por o.

Texto III – questões 20 e 21

Em direito penal, desde o Iluminismo, o que não está expressamente proibido, em princípio, é permitido. Nenhuma lei no nosso país proíbe as penas substitutivas nos crimes hediondos. Logo, não resta a menor dúvida de que em tese, conforme a pena aplicada e desde que o crime não seja violento, cabe a substituição da pena de prisão por penas restritivas de direitos nos citados delitos, tal como é o caso, por exemplo, do delito de tráfico de drogas, falsificação de alimentos, tentativa de falsificação de remédios etc.

Dizer, no entanto, que, pela pena aplicada (concreta), haja a possibilidade de substituição da prisão não significa que o juiz deva concedê-la em todos os casos: além do requisito objetivo da pena (que não pode ser superior a quatro anos), urge o exame criterioso dos demais requisitos legais subjetivos – circunstâncias judiciais favoráveis e, em princípio, não se tratar de reincidente em crime doloso.

O que nos parece flagrantemente desarrazoada é a recusa peremptória e arbitrária de verificação do cabimento ou não da pena substitutiva nos crimes mencionados, com a simples alusão à gravidade do delito em abstrato.

L. F. Gomes, Crimes hediondos e penas substitutivas. In: *Direito & Justiça*. Correio Braziliense, 4/10/99 (com adaptações).

QUESTÃO 20

Considerando que dois temas diferentes podem apresentar idéias e posições argumentativas semelhantes, julgue os seguintes itens, que pressupõem a leitura comparativa dos textos II e III.

- ① Os dois textos têm em comum a atribuição do erro à falibilidade da lei.
- ② No texto II, a idéia de subjetividade está associada a “engano” (l.5) e “estigma” (l.11); no texto III, tal idéia está associada a “circunstâncias” (l.13) e “crime doloso” (l.14-15).
- ③ A idéia de “penas substitutivas” (texto III) seria a solução para a idéia de “descriminalização do erro” (texto II).
- ④ A idéia que encerra o texto II – descobrir os próprios erros e aprender com eles – representa a idéia original do Iluminismo, mencionada no texto III.
- ⑤ A estrutura textual dos dois textos é semelhante:
 - primeiro parágrafo: histórico do assunto principal do texto;
 - segundo parágrafo: enumeração dos argumentos que sustentam a tese do texto;
 - terceiro parágrafo: ilustração desses argumentos.

QUESTÃO 21

Julgue os itens que se seguem quanto à organização e à expressão das idéias no texto III.

- ① O trecho “conforme a pena aplicada e desde que o crime não seja violento” (l.4-5) estabelece uma restrição à possibilidade de “substituição da pena de prisão por penas restritivas de direitos” (l.5-6).
- ② As expressões “crimes hediondos” (l.3) e “citados delitos” (l.6) são exemplificadas no trecho “tráfico de drogas, falsificação de alimentos, tentativa de falsificação de remédios” (l.7-8).
- ③ A função dos dois-pontos após “casos” (l.11) é a de anunciar a introdução de uma explicação; por isso, a pontuação pode ser substituída por uma vírgula seguida do conectivo pois.
- ④ Os termos da enumeração explicativa que termina o segundo parágrafo, após o travessão, predicam o mesmo sujeito sintático subentendido para cada um deles.
- ⑤ O gênero feminino nos adjetivos do último parágrafo indica que serão mantidas as mesmas relações de sentido do texto se o trecho “flagrantemente (...) verificação” (l.16-17) for substituído por **flagrantemente peremptória e arbitrária é a recusa desarrazoada de verificação**.

QUESTÃO 22

Julgue os itens a seguir quanto à sua correção gramatical.

- ① Apoiada em atividades agromercantis e escravistas, a vida econômica e social no Brasil colônia se desenvolveu a cerca da grande propriedade rural. Os povoados e as poucas cidades, onde tradicionalmente a convivência forçada de diversas classes sociais livres em pequeno espaço contribuísssem para que fossem lançadas as bases filosóficas para a ascensão da burguesia e das lutas de classe.
- ② No Brasil colônia poder, riqueza e prestígio social são sinônimos de fazendas, plantações, engenhos e escravos. A casa-grande, símbolo do poderio absoluto dos senhores de terras, abriga uma família numerosa – com muitos filhos, parentes, agregados, escravos e serviçais libertos – centralizada na figura do patriarca e mantém a estrutura tropical, monocultora, escravista e exportadora.
- ③ Esse ambiente favoreceu ainda mais o surgimento da miscigenação, outra característica muito forte da sociedade brasileira. Misturando as raças e culturas numa convivência forçada pelo trabalho dos negros africanos, a sociedade adquiriu um perfil mestiço, personificado na figura do mulato. Isso condicionou relações culturais e sociais, que geraram um modelo aparentemente harmônico, multirracial, sem segregações e discriminações internas.
- ④ Nos sistemas econômicos-familiares, existiram a convivência de pessoas com diferentes papéis produtivos, mas que, de alguma forma, compartilhando laços afetivos ou de sangue que ora se misturavam, ora se sobrepunham, ora se submetiam às relações formais de produção, mas eram, na imensa maioria das vezes, manipulados pela classe dominante. Mantinham-se as relações materiais, em um primeiro momento, condicionantes, e depois resultantes das relações sociais.
- ⑤ Um padrão de comportamento que existe até hoje – mas de forma mais sutil, sobretudo nas casas de classe média – e que contribui para uma aparente democracia social e racial é o exemplo da empregada doméstica, pobre e negra: é, ao mesmo tempo, membro da família – quando se precisa que ela fique até mais tarde para cuidar dos filhos da patroa – e profissional, quando se exige o comprimento de suas tarefas regulares. O fato parece ser indicador de que, no inconsciente coletivo do brasileiro, a escravidão ainda não acabou; apenas ganhou contornos mais brancos.

Itens adaptados de A vez de todos os brasileiros. In: LIDA – Revista do Ministério do Trabalho, março-abril/98, ano 2, n.º 7 (com adaptações).

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **vinte** pontos, faça o que se pede, usando as folhas de rascunho do presente caderno para tal. Em seguida, transcreva o texto para o CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois **não serão corrigidas provas com texto escrito em local indevido**. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenas e qualquer texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! No CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas na capa, pois **não serão corrigidas** as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Caso o(a) candidato(a) queira identificar a autoria da peça processual, somente será aceito para tal o nome hipotético PROCURADOR. O uso de qualquer outra assinatura ou rubrica acarretará a anulação da prova do(a) candidato(a).

Considere a seguinte argumentação, extraída de uma petição inicial hipotética:

Anastácia Solano ajuizou, perante a justiça estadual, ação ordinária contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Postulou o reajustamento de seus benefícios previdenciários, afirmando-se titular de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte desde 1986 e 1999, respectivamente.

A autora afirmou ter inicialmente entrado em gozo de auxílio-doença não-acidentário, o qual corresponderia a vinte salários mínimos, vindo a aposentar-se por invalidez, subsequentemente, com renda mensal inicial equivalente a dezoito salários mínimos. Aduziu que, apesar dos reajustamentos administrativamente implementados pelo réu, estaria percebendo, presentemente, proventos de aposentadoria equivalentes a aproximadamente quatorze salários mínimos. A autora sustentou, então, que a Constituição de 1988 ter-lhe-ia garantido, em suas Disposições Transitórias, o restabelecimento do benefício ao número de salários mínimos correspondente à sua renda mensal inicial. Afirmou que esse valor nunca teria sido recomposto, tendo alcançado, por ocasião dos reajustamentos administrativamente implementados, o máximo de dezesseis salários mínimos.

Postulou, então, que se condenasse o INSS a recompor os proventos da sua aposentadoria ao equivalente, em número de salários mínimos, à renda mensal que auferia quando em gozo do auxílio-doença ou, alternativamente, à renda mensal inicial da aposentadoria.

Relativamente ao benefício de pensão por morte, limitou-se a postular que se condenasse o INSS a manter o valor do benefício em 5,6 salários mínimos, correspondentes à sua renda mensal inicial, valor esse que ainda seria o efetivamente percebido pela autora.

Por fim, postulou a não-incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) sobre o benefício de aposentadoria. Informou que, nos termos da lei que instituiu essa exação, não estaria sofrendo os efeitos da cobrança da CPMF em relação à pensão, a qual fora acrescida do valor correspondente ao desconto. Todavia, em relação à aposentadoria, estaria havendo mensalmente o desconto de 0,38% de seus proventos sem que lhe fosse concedido o respectivo acréscimo. Sustentou a inconstitucionalidade da cobrança da CPMF, uma vez que se estaria efetivando com fulcro em lei com prazo de vigência expirado, além do que deveria ter sido instituída por meio de lei complementar. Ademais, sustentou a inconstitucionalidade da cobrança da CPMF por violação ao princípio da isonomia, asseverando não ser razoável o tratamento díspar em relação ao benefício de aposentadoria só pelo fato de ser este pago em patamar superior, de modo que ambos os benefícios previdenciários não deveriam sofrer a incidência da exação.

Na condição de procurador do INSS, redija, do modo mais completo possível, a resposta do réu, adotando a argumentação acima como relatório. Na elaboração da peça processual, suscite, se for o caso, preliminares cabíveis e articule defesa de mérito que se harmonize com o ordenamento jurídico.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Concursos Públicos – Edital n.º 1/99 – PA/INSS, de 1.º/9/99, republicado em 16/9/99

CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO

GRUPO II

GRUPO II

GRUPO II

- Nas questões de 23 a 70, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens CERTOS na coluna C; itens ERRADOS na coluna E.
- Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 23

Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos dos segurados da previdência social garantidos na Constituição da República.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:

Quando Helena faleceu, em janeiro de 1999, havia 15 anos que entre ela e Ricardo se estabelecera uma união estável. À ocasião, tanto Helena como Ricardo eram segurados da previdência social há mais de 20 anos, sendo que a contribuição de Ricardo era recolhida mensalmente pelo seu empregador e devidamente repassada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Logo, Ricardo tem direito a receber pensão previdenciária em decorrência da morte de sua companheira.

- ② Considere a seguinte situação hipotética:

Pablo exerceu toda a atividade laboral de sua vida sob a condição de trabalhador rural. Inscrito como segurado da previdência social, não dispunha, contudo, de qualquer documento que servisse de início de prova acerca do tempo de serviço efetivamente desempenhado – menos ainda do efetivo recolhimento da respectiva contribuição previdenciária. Assim, o segurado optou por requerer aposentadoria por idade.

Em tais circunstâncias, Pablo terá direito a aposentar-se aos 60 anos de idade.

- ③ Se Mévio, segurado da previdência social, foi condenado a cinco anos de reclusão e, por ocasião do início do cumprimento da pena, em julho de 1999, ele estava empregado e percebia salário equivalente a R\$ 500,00, então seus dependentes têm direito ao auxílio-reclusão.
- ④ Se Tício, aposentado pela previdência social a partir de 5 de julho de 1999, passou a perceber proventos de R\$ 400,00, terá direito à gratificação natalina paga pelo INSS, a qual, mantendo-se inalterados os proventos, equivalerá, em dezembro do mesmo ano, a R\$ 200,00.
- ⑤ Considere que Caio tenha requerido sua aposentadoria em junho de 1999 e que, no cálculo do salário-de-benefício, tenha-se apurado o valor dos 36 últimos salários-de-contribuição. Nesse caso, somente os 12 últimos salários-de-contribuição serão atualizados monetariamente.

QUESTÃO 24

Julgue os itens seguintes, relativos ao salário-de-contribuição.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:

Graco, empregado da empresa Z, recebe mensalmente remuneração equivalente a R\$ 950,00, paga da seguinte forma: R\$ 300,00 sob a rubrica salário, R\$ 400,00 de gorjetas e R\$ 250,00 *in natura* – parcela essa referente à habitação fornecida pelo empregador.

Nessa situação, o salário-de-contribuição de Graco corresponderá a R\$ 700,00.

- ② Considere a seguinte situação hipotética:

Lucília, empregada da empresa Y, recebia mensalmente remuneração equivalente a R\$ 800,00. Encontrando-se gestante, passou a fruir a respectiva licença e a perceber o salário-maternidade 28 dias antes do parto.

Nessa situação, o salário-maternidade de Lucília é pago diretamente pela empresa Y, equivalendo ao total da remuneração líquida devida pela empregadora no curso da prestação dos serviços. Como o salário-maternidade é um benefício previdenciário, não é considerado salário-de-contribuição. Logo, Lucília não estará sujeita ao recolhimento da respectiva contribuição previdenciária.

- ③ Se Plutarco, renomado apresentador de telejornal, foi admitido na emissora X em janeiro de 1999, auferindo remuneração de R\$ 200.000,00, então o salário-de-contribuição de Plutarco corresponderia, naquele mês, a R\$ 1.200,00.

- ④ Considere a seguinte situação hipotética:

Ulpiano, empregado de empresa pública federal, aderiu ao programa de demissão incentivada promovido por sua empregadora, que ofertou o pagamento antecipado de um número definido de salários, conforme o tempo de serviço dos demissionários. Assim, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, Ulpiano recebeu remuneração total de R\$ 85.000,00 – R\$ 3.500,00 como remuneração regular do mês e R\$ 81.500,00 a título de incentivo à demissão.

Nessa situação, esta parcela excepcional deve integrar, naquele mês, o salário-de-contribuição de Ulpiano.

- ⑤ Se Augusto recebeu, em determinado mês, remuneração equivalente a R\$ 670,00, discriminada da seguinte forma: R\$ 480,00 de salário contratual, R\$ 150,00 de auxílio-alimentação e R\$ 40,00 de auxílio-transporte – sendo as duas últimas parcelas pagas por meio de cupons (*tickets* e *vales-transporte*) –, então o seu salário-de-contribuição, no referido mês, equivale a R\$ 670,00.

QUESTÃO 25

Julgue os itens a seguir, relativos à pensão por morte.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:

Almeida, segurado da previdência social, faleceu subitamente. Seus dependentes, 31 dias após o óbito, requereram ao INSS o benefício de pensão por morte, apesar de Almeida não ser aposentado por ocasião do seu falecimento.

Nessa situação, o INSS deverá conceder regularmente o benefício solicitado, devendo seu início dar-se, entretanto, apenas a partir da data do requerimento e não da do óbito.

- ② Considere a seguinte situação hipotética:

Selma, Mila e Heitor, titulares de pensão por morte em decorrência do falecimento de seu cônjuge e genitor, respectivamente, percebem cada qual benefício equivalente a R\$ 150,00.

Nessa situação, Mila, ao atingir 21 anos de idade, perderá o direito à pensão, mesmo sendo solteira e estando desempregada. Dessa forma, a pensão de Selma passará a totalizar R\$ 300,00.

- ③ Considerando que Cássio, aposentado por invalidez, com percepção de proventos no valor de R\$ 800,00, veio a falecer, deixando como dependente apenas o seu cônjuge, então sua esposa terá direito a pensão por morte equivalente a R\$ 640,00.

- ④ Considere a seguinte situação hipotética:

Sílvio divorciou-se de Celina. No acordo de separação – cujas condições foram ratificadas por ocasião da conversão da separação judicial em divórcio –, houve a dispensa recíproca do pagamento de alimentos, já que ambos dispunham de rendimentos próprios. Sílvio constituiu, então, união estável com Cida, vindo a falecer após vários anos de vida em comum com esta companheira. Cida e Celina, cada qual individualmente, requereram, então, pensão por morte junto ao INSS.

Nessa situação, considerando que em nenhum dos seus relacionamentos Sílvio teve filhos, o órgão previdenciário deve conceder a totalidade do benefício a Cida.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

Maria constituiu união estável com João, segurado da previdência social. Sobrevindo o óbito do seu companheiro, Maria requereu ao INSS o benefício de pensão por morte, ocasião em que informou ao órgão previdenciário ser titular de pensão por morte paga pela seguridade dos servidores públicos civis da União, por ser viúva de ex-servidor do INSS.

Nesse caso, o INSS deve conceder o benefício.

QUESTÃO 26

Julgue os seguintes itens, relativos a benefícios previdenciários.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:

A inscrição de Quintiliano como segurado da previdência social ocorreu em janeiro de 1999. No mês de julho seguinte, Quintiliano foi acometido de doença não-relacionada à atividade laboral, ficando, por conseguinte, incapacitado para o trabalho por três meses. Quintiliano requereu, então, junto ao INSS, o pagamento do auxílio-doença a partir do 16.º dia do seu afastamento do trabalho.

Nessa situação, poderá ser correta a decisão da autarquia previdenciária de negar o benefício, sob o fundamento legal de que não se consumara o período de carência que se fazia mister.

- ② Se Alípio, pai de um único filho, é empregado da microempresa W, ele tem direito a receber mensalmente salário-família, cujo valor correspondente – que não se incorpora, para qualquer efeito, ao salário – é pago a Alípio diretamente pelo seu empregador. Assim, a empresa W poderá efetivar a compensação do salário-família quando do recolhimento das contribuições.

- ③ Considere a seguinte situação hipotética:

Gabriel sofreu acidente de trabalho, ficando, em consequência, afastado do trabalho por dois anos. Enquanto se recuperava, Gabriel passou a ser titular do benefício de pensão previdenciária, em razão de morte do seu cônjuge. Consolidadas as lesões, constataram-se seqüelas que reduziam a capacidade de Gabriel para o trabalho que habitualmente exercia. Assim, cessando o auxílio-doença acidentário, e tendo-se readaptado ao trabalho, Gabriel prosseguiu com a relação laboral com o seu antigo empregador, voltando a receber salário. A par disso, requereu ao INSS o pagamento de auxílio-acidente.

Nesse caso, será correta a decisão do agente do órgão previdenciário que acolha o pedido de Gabriel, sustentando que o recebimento de salário e da pensão não prejudica o direito do segurado ao benefício requerido.

- ④ Se Otaviano, tendo completado, em 1997, os requisitos necessários à obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição, deliberar prosseguir em sua atividade laboral, então ele terá direito a obter, junto ao INSS, abono mensal de permanência em serviço.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

Aécio concluiu todos os requisitos necessários à obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição. Todavia, não requereu o benefício junto ao INSS. Ademais, deixou de contribuir para a previdência social por cinco anos, uma vez que não mais trabalhava como empregado.

Em face dessa situação, após o óbito de Aécio, seus dependentes não terão direito à pensão por morte, sob o correto argumento de que, tendo deixado de contribuir por todo aquele período, o falecido perdera a qualidade de segurado.

QUESTÃO 27

Julgue os itens que se seguem, relativos à aposentadoria e ao seu respectivo custeio.

- ① A aposentadoria especial, devida aos segurados que trabalhem sujeitos a condições que prejudiquem sua saúde ou integridade física, é custeada por meio da receita previdenciária advinda da renda líquida dos concursos de prognósticos.
- ② Considerando as regras para quem ingressou nos respectivos planos de previdência no ano de 1999, a garimpeira e a pescadora artesanal podem aposentar-se por idade com cinco anos menos que o mínimo exigido de um servidor público federal.
- ③ Em regra, a renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez corresponderá a 100% do salário-de-benefício, e a renda mensal inicial da aposentadoria por idade não poderá ultrapassar 100% do referido salário.
- ④ É defeso ao órgão previdenciário desconstituir a aposentação, em atendimento a requerimento do beneficiário. Tendo sido regularmente concedida a aposentadoria, esta não pode ser desconstituída, sob pena de cancelar-se violação a ato jurídico perfeito.
- ⑤ O valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa deve ser acrescido de um percentual definido em lei. Todavia, o valor da aposentadoria, com esse acréscimo, não poderá ultrapassar o valor máximo de renda mensal de benefício pago pela previdência social.

QUESTÃO 28

Julgue os itens seguintes, relativos a direitos e obrigações das empresas frente à seguridade social.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:
A empresa V colocou à venda imóvel de sua propriedade. Definidas as condições da alienação, os contratantes intentaram, então, efetivar a transferência do imóvel junto ao registro imobiliário. Surpreenderam-se, contudo, ante a exigência da serventia extrajudicial, no sentido de que, para transferir o imóvel, a empresa V deveria apresentar em cartório certidão negativa de débito fornecida pelo INSS.
Nessa situação, é legítima a exigência do cartório do registro imobiliário. Todavia, não haveria embasamento legal para a exigência se o alienante fosse pessoa física.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
A empresa T, intencionando participar de determinada licitação, buscou obter, junto ao INSS, certidão negativa de débito previdenciário. Todavia, o INSS forneceu certidão na qual constava a existência de débito previdenciário vencido, cuja exigibilidade encontrava-se suspensa por força de liminar concedida em sede de mandado de segurança.
Nessa situação, ante a impossibilidade de obtenção da necessária certidão negativa, exigida dos concorrentes, a empresa T não poderá participar da licitação.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética:
O setor de contabilidade da empresa S constatou que, no mês de março de 1999, a contribuição a cargo da empresa, destinada à seguridade social, foi recolhida em montante equivalente ao dobro do que mensalmente se recolhia. Demonstrado, imediatamente, o equívoco perante o órgão previdenciário, a empresa S foi, então, autorizada a efetivar a compensação do valor recolhido indevidamente.
Nessa situação, considerando-se que o valor a ser recolhido manteve-se o mesmo, a empresa poderá, à luz do que dispõe a Lei Orgânica da Seguridade Social, compensar a totalidade do indébito na competência seguinte.
- ④ Considere que, no curso de execução fiscal promovida pelo INSS, tenha-se efetuado a penhora de um imóvel de propriedade do executado e que, procedendo-se à hasta pública, não tenha havido interessado em arrematar o bem nos dois leilões realizados com esse fim. Nessa situação, o INSS poderá adjudicar o bem por 50% do valor da avaliação.
- ⑤ Se a fiscalização do INSS constatar que a empresa R deixou de recolher à seguridade social a contribuição devida pelos seus empregados, descontada dos respectivos salários, então, nessa situação, a empresa R, entre outras consequências, não estará qualificada para impetrar concordata.

QUESTÃO 29

Julgue os itens a seguir.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:
Anastácio ingressou, perante o INSS, com justificação administrativa, pretendendo produzir prova testemunhal relativa a tempo de serviço do qual não dispunha de prova material alguma. Anastácio comprovou documentalmente, contudo, que a empresa na qual trabalhara, cujo período intentava provar, sofrera a perda de todos os seus registros em incêndio ocorrido anos antes.
Nessa situação, o INSS não poderá computar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço demonstrado por meio de prova exclusivamente testemunhal, devendo a prova ser produzida em juízo.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
Faltando cinco anos para completar o tempo necessário para se aposentar, Jussara protocolou junto ao INSS pedido de contagem recíproca de tempo de contribuição. A segurada demonstrou, por meio de documentos, que, de 1992 a 1997, trabalhou vinculada à previdência social e ao regime de previdência dos servidores públicos federais concomitantemente. Requereu, então, o cômputo do tempo de contribuição afeto a este regime na contagem do tempo de contribuição à previdência social, de modo a complementar, por meio dessa contagem recíproca, o tempo que lhe faltava para se aposentar.
Nessa situação, Jussara terá direito ao cômputo requerido.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética:
Pretendendo aposentar-se por tempo de contribuição, Joana demonstrou haver contribuído por 25 anos e postulou, junto à repartição previdenciária, autorização para efetuar o recolhimento antecipado das 60 contribuições que lhe faltavam para completar os 30 anos de contribuição necessários à fruição do benefício.
Nessa situação, Joana terá direito a proceder conforme requerido.
- ④ Considere que Luíza tenha-se aposentado por invalidez, aos 45 anos de idade, em janeiro de 1999, e que, por ocasião do cálculo da renda mensal do benefício, o INSS tenha deixado de incluir parcela a que a beneficiária fazia jus. Nessa situação, sem prejuízo do direito à revisão do benefício, prescreverá em cinco anos a pretensão de Luíza postular as parcelas não-pagas pelo órgão previdenciário.
- ⑤ Considere a seguinte situação:
Promulgada a Emenda Constitucional (EC) n.º 20, de 15/12/98, por meio da qual foram alteradas regras anteriormente vigentes, instaurou-se acirrada discussão acerca da concomitância dos requisitos para a obtenção de aposentadoria pelo regime geral de previdência social. Questionava-se, por exemplo, se, para um trabalhador urbano aposentar-se, seriam necessários 35 anos de contribuição ou 65 anos de idade, ou 35 anos de contribuição e 65 anos de idade.
Nessa situação, se o presidente da República, identificando a necessidade de regulamentação da matéria e entendendo relevante e urgente a providência regulamentadora, editasse medida provisória, definindo o alcance da regra constitucional, esta forma seria inconstitucional, haja vista a Constituição não permitir que o presidente da República adote medida provisória para regulamentar a matéria em questão.

QUESTÃO 30

Julgue os seguintes itens, relativos aos segurados da previdência social e à contribuição destinada à seguridade social.

- ① A contribuição a cargo de uma empresa rural será calculada tomando-se por base o total das remunerações pagas aos segurados empregados que lhe prestem serviços.
- ② A contribuição devida em razão do trabalho doméstico é inteiramente suportada pelo empregador.
- ③ O pescador artesanal que exerça sua atividade em regime de economia familiar será segurado obrigatório da previdência social. Sua contribuição obrigatória incidirá exclusivamente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.
- ④ O empregado de empresa urbana que, concomitantemente, trabalhe como taxista autônomo será obrigatoriamente filiado à previdência social em relação a cada uma dessas atividades.
- ⑤ Uma obra de construção civil executada com mão-de-obra assalariada deve ser matriculada junto ao INSS. O responsável pela execução que não comunicar a realização da obra ao INSS, para que se efetive a respectiva matrícula, ficará sujeito a multa. Ademais, o proprietário estará obrigado a apresentar ao registro imobiliário certidão negativa de débito junto ao INSS, por ocasião da averbação da construção.

QUESTÃO 31

Julgue os itens que se seguem, relativos ao sistema de financiamento da seguridade social.

- ① Presentemente, a seguridade social não tem mais, como fonte de receita, os recursos advindos da contribuição social a cargo das empresas, que era devida em face das remunerações pagas em decorrência dos serviços prestados, sem vínculo empregatício, pelos segurados empresariais. A referida contribuição foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- ② Sabendo que a Constituição da República não admite a incidência de mais de um tributo sobre o mesmo fato gerador e com idêntica base de cálculo, com a instituição da contribuição social incidente sobre o faturamento das empresas (COFINS) restou revogada a contribuição para o PIS/PASEP, que incidia sobre o faturamento.
- ③ O fato de a Constituição da República não admitir a incidência de mais de um tributo sobre o mesmo fato gerador e com idêntica base de cálculo justifica que o STF tenha julgado inconstitucional a cobrança da contribuição social sobre o lucro, considerando *bis in idem* a co-existência dessa contribuição e do imposto de renda da pessoa jurídica – este também incidente sobre o lucro das empresas.
- ④ Sabendo que, por meio de emenda constitucional, foi prorrogada por 36 meses a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação financeira, destinando-se à previdência social o incremento de receita advindo da alteração da alíquota, e que, quando da votação da referida emenda, o prazo de vigência da lei que instituíra a cobrança da contribuição já se havia expirado, então a cobrança da exação com base naquela lei é inconstitucional.
- ⑤ A seguridade social tem como fonte de receita um percentual de participação, legalmente definido, no resultado dos leilões dos bens apreendidos pela Receita Federal.

QUESTÃO 32

Julgue os itens a seguir, relativos à previdência e à seguridade social.

- ① A Lei Eloy Chaves – que autorizava a criação de caixas de aposentadorias e pensões no âmbito de cada uma das ferrovias brasileiras, prevendo plano de benefícios em favor dos ferroviários – implementou a primeira experiência em matéria de previdência social no Brasil.
- ② Na concepção de previdência social, tem-se que a obrigatoriedade é condição para a solidariedade social se efetivar. Assim, não há motivo que escuse um membro da sociedade – investido, nos termos da lei, de capacidade contributiva – da impositividade de contribuir e de pertencer ao sistema.
- ③ O INSS é a autarquia incumbida da execução da técnica protetiva, verdadeiramente o órgão gestor da previdência social brasileira. Assim, é credor de obrigações fiscais e devedor das prestações (benefícios e serviços).
- ④ A Constituição não admite a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
- ⑤ A Constituição impõe que a seguridade social garanta um salário mínimo de benefício mensal ao idoso – mesmo que nunca tenha contribuído ou se filiado à previdência – que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

DIFÉITO PROCESSUAL CIVIL**Texto I – questões 33 e 34**

José da Silva, trabalhador da fazenda Campo Feliz, localizada na cidade de Aiuruoca – MG, onde residia, ajuizou ação acidentária na respectiva comarca, em face do INSS, pleiteando benefício previdenciário por estar incapacitado em razão de ter sofrido acidente de trabalho. Após regular processamento do feito, restou constatada, por perícia médica judicial, a incapacidade temporária do autor, pelo período de 180 dias, sendo a parte ré, por decisão transitada em julgado, condenada a pagar-lhe auxílio-doença no período.

Transcorridos três anos da referida decisão judicial, José da Silva, desta vez na vizinha Comarca de Caxambu – MG, onde passou a residir, ajuizou ação de rito ordinário em face do INSS, pleiteando aposentadoria por invalidez, alegando o agravamento das seqüelas do acidente, fato que teria ocasionado sua incapacidade total e permanente.

O pedido foi julgado procedente em primeira instância. O INSS recorreu. Os autos, após contrarrazões, subiram para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, entrando em pauta de julgamento.

QUESTÃO 33

A partir da situação hipotética apresentada no texto I, julgue os itens que se seguem.

- ① A legitimação processual do autor é ordinária, porque ele está em juízo em nome próprio, defendendo direito próprio.
- ② Em ambas as ações, deveria também figurar, no pólo passivo, o proprietário da fazenda Campo Feliz, pois há litisconsórcio passivo necessário.
- ③ Ao INSS, em ambas as ações, caberia nomear à autoria o proprietário da fazenda.
- ④ A competência para ambas as ações é da Comarca de Aiuruoca – MG; por isso, cabia ao INSS, na segunda ação, propor exceção declinatória de foro.
- ⑤ Nas lides de natureza acidentária, a justiça estadual de primeiro e segundo graus é sempre competente para apreciar e julgar o litígio, pois o juiz monocrático não atua no exercício de competência federal.

QUESTÃO 34

Ainda a partir da situação relatada no texto I, julgue os seguintes itens.

- ① Apenas a primeira ação tem natureza acidentária.
- ② O INSS, na segunda ação, deveria oferecer defesa sustentando inexistir nexo causal entre o anterior acidente de trabalho e a alegada incapacidade, como também negar a própria incapacidade. De qualquer forma, eventual incapacidade há de ser comprovada por perícia médica judicial.
- ③ Na defesa de mérito direta, o réu ataca o direito que constitui fundamento do pedido, caso em que o autor poderá propor ação declaratória incidental.
- ④ A sentença proferida na segunda ação é nula, pois feriu o princípio da coisa julgada, uma vez que a lide já havia sido decidida na primeira ação.
- ⑤ A sentença de mérito transitada em julgado gera o efeito da coisa julgada material, que consiste na qualidade que adquire a sentença de tornar-se imutável e indiscutível em qualquer outro processo, podendo, porém, ser rescindida, na forma da lei.

Texto II – questões 35 e 36

Marcus de Andrade e outros funcionários do INSS (52 ao todo), lotados na regional de Teresina – PI, onde residem, ajuizaram contra a autarquia ação de rito ordinário, na Seção Judiciária de São Luís – MA, com pedido de tutela antecipada, a fim de terem incorporado aos vencimentos o percentual de aumento de 11,98%, que alegam ter sido suprimido por época da conversão de cruzados novos em reais, com o pagamento dos valores em atraso, devidamente corrigidos e com incidência de juros de mora de 1% ao mês, mais condenação nas custas e na verba honorária no percentual de 20% sobre o valor liquidado.

Os autores apresentaram o instrumento da demanda junto à 3.ª Vara, pleiteando distribuição por dependência, aduzindo ser conexa com outra ação proposta por funcionários do INCRA, tendo o juiz, naquela ação, concedido a tutela antecipada. O juiz federal da 3.ª Vara deferiu a distribuição por dependência e, em decisão fundamentada, concedeu a tutela antecipada, determinando ao INSS, no prazo de 24 horas, incorporar o percentual de aumento nos vencimentos dos autores, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00, como também o pagamento dos valores em atraso em folha suplementar, no prazo de 20 dias.

O INSS foi regularmente intimado da decisão e citado para a ação, estando em curso o prazo recursal.

QUESTÃO 35

A partir da situação hipotética relatada no texto II, julgue os itens a seguir.

- ① O litisconsórcio ativo formado na ação dificultará a defesa, cabendo ao INSS requerer a limitação do número de autores. Esse pleito interrompe o prazo para a defesa, que recomeça da intimação da decisão.
- ② A conexão autoriza a distribuição de uma ação por dependência a outra já ajuizada.
- ③ A identidade de objeto entre duas ou mais ações forma a conexão entre elas, o que ocasiona a modificação da competência, cabendo a reunião dessas ações.
- ④ O princípio constitucional processual do juiz natural não é ofendido pela conexão e continência, pois esses institutos ocorrem apenas na competência relativa, já previamente estabelecida na lei processual e fixada no interesse disponível das partes.
- ⑤ Não cabe ao INSS propor exceção declinatória de foro, pois a ação foi proposta por seus funcionários, hipótese em que as autarquias federais podem ser demandadas no foro de sua sede ou naquele em que se encontre alguma agência ou sucursal sua.

QUESTÃO 36

Ainda a partir da situação apresentada no texto II, julgue os itens abaixo.

- ① A tutela específica da obrigação pode ser concedida liminarmente, devendo o objeto da demanda referir-se a cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- ② Com a proibição estatal da autotutela, o Estado criou para si a obrigação de tutelar de forma pronta e adequada os vários conflitos concretos. A problemática da efetividade do processo está ligada ao fator tempo. A tutela antecipada é o instituto que permite a realização do direito material mediante cognição sumária.
- ③ A decisão concessiva da tutela antecipada é atacável por meio do recurso de agravo de instrumento, no prazo de cinco dias, cabendo, na hipótese, ser interposto o recurso no TRF da 2.ª Região.
- ④ Contra a decisão que deferiu a distribuição por dependência não há recurso. No entanto, pode o INSS, em qualquer tempo, requerer ao juiz que encaminhe os autos à livre distribuição, por inexistir a alegada conexão.
- ⑤ O INSS não tem o prazo em quádruplo conferido à fazenda pública para contestar, quando a ação é de servidor da autarquia pleiteando verbas alimentares, como na espécie.

QUESTÃO 37

O art. 2.º do Código de Processo Civil (CPC) condiciona a atuação jurisdicional ao pedido da parte interessada. O art. 128 do mesmo código, na posição de alerta, reafirma que o pedido delimita a função jurisdicional. O texto da norma insere no art. 460 do CPC, externador do princípio da congruência entre o pedido e a sentença, preceitua:

É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Parágrafo único. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.

Com relação ao assunto, julgue os itens a seguir.

- ① O pedido da parte, constante na petição inicial, delimita a prestação jurisdicional. Por isso, o pedido há de ser claro, certo, determinado, contendo todas as suas especificações. O pedido genérico, inadmitido no CPC, gera o indeferimento da petição inicial.
- ② A cumulação de pedidos conduz o julgador a apreciar e julgar cada pedido formulado, sob pena de a decisão ser *citra petita*, caso em que, havendo recurso da parte autora, a sentença deverá ser anulada a fim de não ser suprimido um grau de jurisdição. Não havendo recurso da parte autora, considera-se que desistiu do(s) pedido(s) não-apreciado(s).
- ③ O princípio da congruência entre o pedido e a sentença inviabiliza que o juiz conceda prestação jurisdicional que tenha por cabível à espécie, em não havendo suporte legal à pleiteada.
- ④ Na petição inicial, deve a parte ativa expor os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, especificando este, delimitando a lide. No curso da ação, em hipótese alguma é admitida a inclusão de fato não-expresso na petição inicial, sob pena de eternizar a demanda judicial.
- ⑤ O pedido há de ser determinado e é interpretado restritivamente. Assim, não estando expressos, não são considerados as prestações periódicas, os honorários de advogado, as despesas processuais, os juros legais e a correção monetária.

QUESTÃO 38

Na Seção Judiciária de Porto Alegre – RS, o INSS, por sentença publicada no dia 8/4/99, foi condenado a pagar auxílio-doença à segurada Ana Maria, a partir do requerimento administrativo (que foi indeferido) até a data da perícia médica judicial que constatou a incapacidade total e permanente da segurada para o trabalho. O INSS foi condenado a pagar, a partir dessa data, o benefício de aposentadoria por invalidez. Houve, ainda, condenação nas custas em ressarcimento, na verba honorária no percentual de 15% sobre o valor da liquidação e sobre doze prestações vincendas, e no reajuste dos valores em atraso, com incidência de juros de mora de 12% ao ano.

O INSS apelou. A autora vencedora requereu ao juiz a extração de carta de sentença, iniciando-se a execução provisória. O INSS foi citado para o cumprimento da obrigação de fazer (implantação do benefício) e para o pagamento dos valores em atraso (quantia certa).

Com relação à situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- ① A execução de obrigação de fazer tem procedimento diverso da execução por quantia certa, e ambas só podem ser instauradas contra o INSS em decorrência de condenação de prestação de benefício previdenciário, após o trânsito em julgado da decisão, pois a apelação é recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- ② Cabe ao INSS, seguro o juízo, opor embargos do devedor, aduzindo impedimento às execuções por falta de sentença transitada em julgado.
- ③ Na apelação, deveria o INSS requerer a reforma da sentença, a fim de o pedido ser julgado improcedente, sob o fundamento de inexistir incapacidade temporária ou definitiva da autora para o trabalho; caso vencido, que o benefício fosse a partir do laudo pericial, por não constar no laudo nem nos autos qualquer dado testificador de anterior instalação da alegada incapacidade.
- ④ A condenação do INSS no pagamento de custas em ressarcimento é ilegal, considerando ser a autarquia isenta de custas.
- ⑤ Na apelação do INSS, deveria também ser requerido que, caso vencido, seja reduzido o percentual da verba honorária, pois os elementos dos autos, aliados ao comando legal, não autorizam que seja fixado acima do mínimo legal. Será desnecessário requerimento de redução do percentual dos juros de mora e de exclusão da incidência do percentual da verba honorária sobre doze prestações vincendas, pois ambos foram fixados nos percentuais mínimos previstos em lei.

QUESTÃO 39

A respeito da ação de mandado de segurança, julgue os itens abaixo.

- ① Em sede de mandado de segurança, o juízo natural contra ato de presidente de TRF é o próprio tribunal.
- ② A natureza jurídica do mandado de segurança é de ação civil. É irrelevante a natureza da matéria discutida, ainda quando se tratar de mandado impetrado contra ato de juiz criminal.
- ③ O juízo competente para processar e julgar o mandado de segurança é o da sede da autoridade coatora, com exceção da competência funcional e competência de foro do domicílio do impetrante.
- ④ Ocorrendo a regular notificação da autoridade impetrada, a falta de informações conduz à revelia do ente público, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pelo impetrante, conforme está expressamente disciplinado no CPC, no capítulo próprio referente à revelia.
- ⑤ A sentença concessiva da segurança está sujeita ao duplo grau de jurisdição e tem, em regra, caráter auto-executório. O recurso voluntário, no entanto, será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo quando se referir à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.

QUESTÃO 40

O processo civil brasileiro contém sólidas raízes na Constituição da República. No nível infraconstitucional, seu maior estatuto é o CPC, disciplinado em cinco distintos livros, o último dos quais cuida de procedimentos especiais. A par disso, existem as leis extravagantes, de cunho especial, que se compatibilizam com o CPC e guardam harmonia com todo o ordenamento jurídico processual. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- ① O processo cautelar visa, em linha de princípio, garantir o resultado útil do processo principal, seja este de conhecimento ou de execução. Ora, tendo sido introduzido no CPC pela atual redação dada ao art. 273 o instituto da **tutela antecipada**, restou revogado todo o Livro III do referido código, que cuida do processo cautelar.
- ② A Lei n.º 8.038/90 (denominada Lei de Recursos), como lei especial, surgiu para disciplinar integralmente a matéria referente a todos os recursos, com o que revogou, expressamente, a matéria recursal tratada no CPC.
- ③ O mandado de injunção, criado pela atual Constituição, é cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- ④ A ação civil pública, instituto jurídico originariamente criado por norma especial, restringiu-se, inicialmente, à responsabilidade por danos causados ao ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; ocorre que, posteriormente, outras leis vieram a aumentar o leque de incidência da denominada ação civil pública para proteção, por exemplo, de pessoas portadoras de deficiência física, reparação de danos no mercado de valores mobiliários e proteção da criança e do adolescente. De qualquer forma, o seu exercício ocorre sem prejuízo da ação popular.
- ⑤ A ação especial de *habeas data*, que tem cunho constitucional, visa precipuamente assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, desde que tais dados estejam em poder de entidades governamentais ou de caráter público, bem como para a retificação dessas informações, vedada a utilização desse instituto contra as empresas eminentemente privadas.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 41**

Quanto à eficácia da lei no espaço, julgue os itens abaixo.

- ① Em respeito à soberania nacional, é vedada a extraterritorialidade (aplicação de lei estrangeira no território brasileiro).
- ② O casamento de estrangeiros no Brasil será necessariamente vinculado às leis locais, mesmo que seja efetuado em consulado.
- ③ As relações referentes a bens serão regulamentadas pelas leis em que estiverem esses bens situados.
- ④ É possível que o INSS e uma empresa de capital 100% nacional firmem contrato regulado com exclusividade por lei estrangeira.
- ⑤ No caso de sucessão *mortis causa*, deverá ser observada a situação dos bens para se determinar qual a regra sucessória a ser aplicada.

QUESTÃO 42

Em relação à teoria das obrigações, julgue os itens seguintes.

- ① As obrigações de dar coisa certa e incerta atingem os acessórios das coisas.
- ② Cláusula penal e juros moratórios, posto que possuem a mesma natureza jurídica, podem ser cumulados.
- ③ A solidariedade sempre ocorre em relação aos credores, mas somente nos casos previstos em lei atinge os devedores.
- ④ O pagamento, sem prazo ajustado, permite ao credor instado a tal efetuar-lo no prazo de cinco dias.
- ⑤ A consignação em pagamento pode ser dada quando o credor estiver em mora para receber o objeto.

QUESTÃO 43

Em relação às diversas modalidades contratuais, julgue os seguintes itens. (ECCCE)

- ① O mútuo é o contrato em que se procede o empréstimo de bens fungíveis, e o mútuo feneratício, o empréstimo de dinheiro, bem fungível por excelência.
- ② Os modos naturais de extinção de contratos são: o advento do termo ou o adimplemento das obrigações mutuamente estabelecidas.
- ③ Se o INSS contratar o serviço de uma transportadora de móveis e esta promover o perecimento dos produtos, terá a autarquia direito de exigir indenização integral, valendo-se da responsabilidade objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor.
- ④ O benefício de ordem do condômino só sobrevém na hipótese de o locador do imóvel a ser vendido não querer exercer seu direito.
- ⑤ Há um grupo muito restrito de bens que só pode ser segurado uma única vez.

QUESTÃO 44

Tendo em vista o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens que se seguem.

- ① A referida lei introduziu no direito brasileiro a igualdade entre os filhos anteriormente vistos como ilegítimos e os havidos na constância do casamento.
- ② Entende-se como família substituta a que acolhe a criança sob os institutos da guarda, da tutela ou da adoção.
- ③ É permitido que solteiros maiores de 21 anos adotem crianças ou adolescentes de até 18 anos de idade, ressalvado o requisito de diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotando.
- ④ A morte do adotante restitui o pátrio poder ao pai natural, se este for conhecido.
- ⑤ Pode o adotante, após o vínculo constituído por homologação judicial, ter seu prenome alterado.

QUESTÃO 45

Julgue os itens que se seguem, relativos à posse e à propriedade.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:
Josué foi contratado para trabalhar em uma fazenda no interior da Amazônia, na qual viviam apenas José e Maria, proprietários do imóvel. Um ano depois, após conhecer a rotina dos patrões, Josué matou ambos, passando, então, a ocupar e explorar o imóvel rural como se fosse seu. Passados vinte anos, Josué ingressou na justiça com ação de usucapião, no curso da qual provou deter a posse do imóvel por todo aquele período. O usucapiente obteve, então, sentença que julgou procedente o seu pedido, ordenando, em consequência, que o imóvel fosse transcrito dos nomes de José e Maria para o seu.
Diante dessa situação, conclui-se que o direito admite a aquisição do domínio pela posse prolongada, ainda que esta se tenha originado de conduta de má-fé do possuidor.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
Estêvão, proprietário de um sítio, derrubou a cerca que dividia a sua propriedade da de Sérgio, entendendo que, à luz dos limites definidos nas respectivas matrículas dos imóveis, a divisão não estava adequadamente colocada. Nove meses após a colocação da nova cerca, uma parte da área disputada foi invadida por André, proprietário lindeiro.
Nessa situação, Estêvão não poderá obter judicialmente, por meio de proteção possessória, a restituição da área esbulhada por André, haja vista não haver, para o direito, disputa de preferência entre posses que contem menos de um ano e um dia.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética:
Teresa adquiriu um imóvel da empresa X, sendo lavrada a respectiva escritura pública de compra e venda. Teresa levou, então, a escritura ao registro imobiliário, sendo esta regularmente prenotada. Em sequência, o oficial da serventia extrajudicial suscitou dúvida perante o juízo de registros públicos, a qual foi julgada improcedente. Nesse interim, porém, foi decretada a falência da empresa X.
Nessa situação, tem-se que a aquisição da propriedade por Teresa não se consumará, já que a tradição do imóvel, por meio da transcrição do título translativo da propriedade, não poderá ser efetivada.
- ④ Considere a seguinte situação hipotética:
Pereira e Junqueira celebraram, em 1990, contrato de compra e venda por meio do qual o primeiro vendeu ao segundo uma casa construída no ano de 1790, na cidade de Tiradentes – MG. No contrato, as partes ajustaram que Pereira poderia recobrar o direito de propriedade no prazo de três anos, devendo, para tanto, restituir a Junqueira o preço pago, atualizado monetariamente, além de ressarcir-lo pelas despesas e pelos melhoramentos feitos pelo comprador.
Nessa situação, tem-se caracterizada uma propriedade resolúvel, em face da qual o domínio pode vir a ser resolvido não somente pelo advento de um termo, mas também pelo implemento de uma condição.
- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:
Juliano, Gabriel e Wagner receberam de herança um apartamento na cidade de Brasília. Encerrado o processo de inventário e expedido o respectivo formal de partilha, operou-se a transferência do imóvel junto ao registro imobiliário, em favor dos herdeiros. Anos mais tarde, Gabriel decidiu alienar a sua parte, ofertando-a, então, aos demais condôminos.
Nessa situação, se Juliano ou Wagner – ou ambos, conjuntamente – não quiserem adquirir o quinhão de Gabriel, a propriedade haverá, necessariamente, de ser vendida e o valor obtido deverá ser repartido, caso não existam óbices legais à alienação.

QUESTÃO 46

Julgue os itens que se seguem, relativos às relações de parentesco.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:

Sandra, assistida por sua mãe, Joelma, ajuizou ação de investigação de paternidade contra Murilo. Quando Sandra contava dezoito anos de idade, sobreveio o trânsito em julgado da sentença que definiu a relação de filiação entre ela e Murilo.

Nessa situação, se Sandra pretender casar-se aos vinte anos, necessitará do consentimento de Joelma e de Murilo.

- ② Considere a seguinte situação hipotética:

Basílio viveu maritalmente com Joaquina por mais de cinco anos, de cuja união nasceu Ciro, no ano de 1977. Basílio recusou-se a reconhecer a criança como seu filho, pondo fim à sociedade de fato logo após o nascimento de Ciro. Assim, no registro da criança foi definida a sua filiação apenas em relação a Joaquina. Todavia, quando já se encontrava casado com Mirna, no ano de 1999, Basílio providenciou – espontaneamente e sem a participação de qualquer outra pessoa no ato jurídico – a anotação do seu nome no assento de nascimento de Ciro, na condição de pai.

Nessa situação, estão presentes os requisitos legais para validade do reconhecimento do filho havido fora do casamento.

- ③ Considere a seguinte situação hipotética:

Mévio e Tício – ambos solteiros e afirmando a condição de companheiros – intentaram adotar uma criança. Na repartição competente, ambos os adotantes demonstraram ter mais de vinte e um anos de idade e que mantinham vida em comum há mais de cinco anos. Demonstraram, outrossim, haver diferença de idade superior a dezesseis anos entre cada um dos pretensos adotantes e a criança que se pretendia adotar. Além disso, Mévio e Tício apresentaram o consentimento dos pais biológicos e demonstraram que a criança já vivia com eles há mais de um ano.

Nessa situação, a lei permite a adoção da criança por ambos os postulantes, conjuntamente, estabelecendo-se, por conseguinte, relação de parentesco entre o adotado e os adotantes.

- ④ Considere a seguinte situação hipotética:

Graco e Milena decidiram casar-se. Graco era viúvo, enquanto Milena era divorciada de Caio, filho de Graco.

Nessa situação, não há impedimento legal à consumação do matrimônio, haja vista a extinção do parentesco por afinidade em decorrência da dissolução do casamento que o originou.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

Juvenal, contando mais de setenta anos de idade, foi acometido de grave doença, restando definitivamente incapacitado para o trabalho. Não dispondo de meios para prover a sua manutenção, Juvenal ajuizou ação de alimentos contra Lúcia, sua única filha, já que esta não se dispunha a auxiliar o pai. Citada, Lúcia articulou defesa no sentido de que, embora pudesse arcar com os alimentos reclamados, sua filha, Joana, auferia renda muito superior à sua, além de ser proprietária de muitos imóveis, de modo que a ação de alimentos deveria ser direcionada também contra ela.

Nessa situação, a obrigação pelos alimentos reclamados será necessariamente solidária entre as duas descendentes de Juvenal.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 47**

Na vigência da Lei n.º 8.666/93, um prefeito municipal contratou diretamente, sem licitação, empresa de consultoria de propriedade de correligionário político para a prestação de serviços técnicos de assessoramento econômico-financeiro. Entendeu o prefeito que o caso se enquadrava na hipótese de inexigibilidade de licitação, uma vez que, a seu ver, os técnicos da empresa eram profissionais de notória especialização. Quinze dias antes do término de seu mandato, sabedor da eleição do novo chefe do Poder Executivo municipal, firmou termo aditivo entre a prefeitura e a empresa, prorrogando por mais um ano o contrato. No último dia de seu mandato, porém, alegando que o novo prefeito, por ser seu inimigo político e desafeto do proprietário da empresa contratada, não iria dar seqüência ao contrato, rescindiu unilateralmente a avença e indenizou integralmente o contratado pelo valor correspondente a todas as remunerações que ainda seriam pagas pelo município.

Com base na situação hipotética descrita acima e na teoria dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- ① A rescisão unilateral do contrato e o conseqüente pagamento da indenização constituíram hipótese de desvio de poder, porque a rescisão do vínculo contratual e a indenização plena do contratado não se coadunam com a prorrogação do ajuste acordada quinze dias antes, sem que nenhum fato novo tivesse ocorrido. Dessa forma, o prefeito usou sua competência animado pelo favoritismo e alheio ao interesse público.
- ② O desvio de poder ou desvio de finalidade ocorre quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- ③ A contratação de empresa de consultoria com base nas hipóteses de inexigibilidade de licitação não precisa ser necessariamente justificada, sendo suficiente que o prefeito tenha providenciado a indispensável publicação na imprensa oficial do ato que declarou inexigível o certame licitatório.
- ④ A prorrogação do contrato entre a prefeitura e a empresa de consultoria não necessita de justificativa por escrito, uma vez que, na hipótese, por tratar-se de contrato para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, o prazo de vigência contratual é indeterminado.
- ⑤ Se não for comprovada a participação da contratada no cometimento do ilícito de desvio de poder, estará o prefeito sucessor obrigado a anular o contrato e a ratificar a indenização paga à empresa de consultoria, tendo em vista que, segundo expressão literal contida na Lei n.º 8.666/93, a responsabilidade contratual do Estado abrangerá tanto os danos emergentes quanto os lucros cessantes.

QUESTÃO 48

Considere que um servidor público civil da União falte ao serviço intencionalmente por 31 dias seguidos. Em face dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- ① Deverá ser instaurado processo administrativo sumário visando à apuração do ilícito, sendo possível a aplicação da pena de demissão.
- ② Deverá o servidor ser removido de ofício para outra localidade, antes da instauração de sindicância administrativa.
- ③ Comprovado o ilícito administrativo por meio de processo administrativo disciplinar, deverão ser descontados os dias de falta do servidor, que poderá ainda ser apenado com a sanção de advertência.
- ④ Simultaneamente à instauração do procedimento administrativo sumário visando à apuração do abandono de cargo, deverá a administração pública indicar a materialidade da transgressão, que, na hipótese, dar-se-á pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço público superior a trinta dias.
- ⑤ Caso o servidor venha a ser demitido em função do ocorrido, ele jamais poderá retornar ao serviço público.

QUESTÃO 49

Em relação ao regime jurídico aplicável a órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, julgue os itens abaixo.

- ① É entendimento assente na doutrina e na jurisprudência que os empregados de sociedades de economia mista não precisam prestar concurso público de provas ou de provas e títulos para ingressar em empresas estatais porque estas se submetem a regime jurídico próprio das empresas privadas.
- ② Os salários de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos orçamentários dos entes federados para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral não se submetem ao teto de remuneração constitucional fixado pela EC n.º 29/98.
- ③ A EC n.º 20/98 prevê a impossibilidade de acumulação de proventos de aposentadoria de servidor público civil ou militar com remuneração decorrente da ocupação de cargo, emprego ou função pública, ressalvadas as hipóteses de cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, devendo todos os que estiverem em desacordo com essa regra optar pelos proventos de aposentadoria ou pela remuneração do cargo.
- ④ A autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da administração indireta poderá ser ampliada mediante contrato de gestão, a ser fixado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para a entidade, sendo descabido falar em contrato de gestão assinado por órgãos públicos, uma vez que estes últimos não têm personalidade jurídica.
- ⑤ A administração pública brasileira, tomada em acepção subjetiva, de acordo com a letra do Decreto-lei n.º 200/67, não engloba os serviços sociais autônomos.

QUESTÃO 50

Uma empresa apresentou documento fiscal falsificado na fase de habilitação de uma licitação, fato que não foi percebido pela administração. Terminada a fase de classificação e julgamento, veio ao conhecimento da comissão de licitação informação relativa à falsidade do documento.

Com relação ao caso hipotético apresentado, julgue os itens que se seguem.

- ① A modalidade licitatória do caso não pode ser uma concorrência.
- ② A administração não pode agir de ofício na hipótese, devendo esperar a impugnação do documento pelos outros licitantes.
- ③ A administração só poderá desclassificar a proposta do licitante se, a partir dos dados fiscais falsos, ficar comprovado que os preços oferecidos pelo licitante são inexequíveis.
- ④ Em nenhuma hipótese, o licitante poderia desistir da proposta após vencida a fase de habilitação.
- ⑤ Se ainda persistirem dúvidas quanto à falsidade do documento fiscal apresentado pela licitante, tanto a comissão de licitação quanto a autoridade responsável por sua homologação poderão promover diligências destinadas a esclarecer a questão.

QUESTÃO 51

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir.

- ① Nas hipóteses de provimento de cargo público federal por readaptação ou reversão, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá as atividades como excedente, até a ocorrência de vaga.
- ② O servidor reintegrado exercerá as atividades como excedente, na hipótese de encontrar-se provido o cargo.
- ③ A redistribuição é forma de provimento de cargo público, utilizada na hipótese de extinção de órgãos.
- ④ Caso haja previsão legal, os cargos públicos federais poderão ser providos e extintos pelo presidente da República.
- ⑤ Em regra, o início de exercício de função de confiança dá-se no mesmo dia em que é publicado o ato de designação.

QUESTÃO 52

Considere, por hipótese, que uma autarquia federal realize concorrência para a contratação de empresa para prestação de serviços de segurança e vigilância no prédio da instituição e que, no decorrer do procedimento licitatório, ocorra a desclassificação de todas as propostas dos licitantes, uma vez que consignam preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.

Em face dessa situação, julgue os itens que se seguem.

- ① O edital não pode ter estabelecido o preço máximo que a administração se dispunha a pagar pelo serviço, sendo possível, tão-só, consoante expressamente previsto pela Lei n.º 8.666/93, a fixação de preços mínimos e critérios estatísticos.
- ② O princípio da continuidade do serviço público e o da indisponibilidade dos interesses e bens públicos pelos administradores públicos impõem que a contratação pudesse ser feita por tomada de preço ou convite.
- ③ O administrador poderá convocar os licitantes para que, em oito dias úteis, apresentem novas propostas com preços compatíveis com os do mercado. Persistindo a situação, poderá contratar diretamente, com dispensa de licitação.
- ④ A autarquia estará legitimada para contratar diretamente uma empresa de vigilância, tendo em vista a inexigibilidade de licitação decorrente da inviabilidade de competição.
- ⑤ Tendo em vista o ocorrido, o presidente da autarquia deve buscar a autorização do ministro de Estado a quem deva obediência hierárquica para a contratação direta do serviço de vigilância.

QUESTÃO 53

A respeito da teoria dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- ① Os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, o que significa que há presunção relativa de que foram emitidos com observância da lei e de que os fatos alegados pela administração são verdadeiros.
- ② Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- ③ Os atos administrativos só são dotados de auto-executoriedade nas hipóteses previstas expressamente em lei.
- ④ A presunção de legitimidade dos atos legislativos não impede que o cidadão possa opor-se aos mesmos.
- ⑤ A motivação de um ato administrativo deve contemplar a exposição dos motivos de fato e de direito, ou seja, a regra de direito habilitante e os fatos em que o agente se estribou para decidir.

QUESTÃO 54

Com base na teoria e na legislação que tratam da revogação e da invalidade dos atos administrativos, julgue os itens abaixo.

- ① Os atos administrativos vinculados podem ser revogados a partir de critério de oportunidade e de conveniência.
- ② A administração deve anular seus próprios atos, quando carentes de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- ③ O ato administrativo pode ser invalidado sempre que a matéria de fato ou de direito em que se fundamentar o ato for materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- ④ O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- ⑤ Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL**QUESTÃO 55****Fita revela tortura e PM sugerindo matar**

Gravação feita sigilosamente em São Paulo por presos em uma delegacia e por soldados da Polícia Militar durante preleções de um oficial registra humilhação, tortura e sugestão para matar.

O comandante do 5.º Batalhão de Policiamento Militar Metropolitano, tenente-coronel Edson Pimenta Bueno Filho, diz à tropa que "vagabundo é caixão".

De acordo com depoimentos de soldados à Ouvidoria da Polícia, a expressão é uma das formas de o oficial ordenar a morte de criminosos feridos em tiroteio, antes de chegarem ao hospital.

No 26.º Distrito Policial, em Sacomã (zona sudeste), os presos gravaram uma *blitz* ocorrida após tentativa de fuga.

Policiais civis xingam os detentos e os chamam de "orangotango", "macaco" e "paraíba". O policial que comandou a operação gritou ameaças como "quero um", "vai tomar tiro", "tô louco pra sentar o dedo em vocês".

A fita foi retirada do distrito policial por parentes de presos e encaminhada ao Ministério Público pelo coordenador da Pastoral Carcerária e pela secretária do movimento.

Caderno Cotidiano. In: Folha de S. Paulo, 10/10/99 (com adaptações).

Em face das informações contidas na notícia e de acordo com a Constituição da República, julgue os itens abaixo.

- ① O desrespeito à dignidade dos presos, além de ofender seus direitos fundamentais, ataca um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- ② A Constituição estabelece que a pena não passará da pessoa do condenado. Por isso, se um policial praticar tortura contra um preso na presença de seu superior, que nada faz para impedi-lo, este não poderá ser responsabilizado pelo crime.
- ③ A despeito de ser inafiançável, o crime de tortura deve ser objeto de ação penal, condenação e execução em determinados prazos, previstos na lei, pois, do contrário, a pretensão estatal de punir e executar a pena poderá ser atingida pela prescrição.
- ④ Na hipótese de ser julgado procedente o pedido judicial de indenização por parte de um preso ofendido por policial, tanto a pessoa jurídica do Estado quanto a pessoa física do policial podem ser responsabilizadas.
- ⑤ Errou a Pastoral Carcerária ao encaminhar a fita ao Ministério Público, pois não compete a esse órgão estatal exercer controle sobre a atividade policial.

QUESTÃO 56

Acerca da disciplina constitucional dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- ① Garantias dos direitos fundamentais são instituições jurídicas criadas em favor do indivíduo para que ele possa usufruir dos direitos fundamentais propriamente ditos.
- ② Os direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações, como são conhecidos, sucederam-se historicamente, de maneira que os direitos fundamentais de primeira geração hoje não são mais aplicados.
- ③ Os direitos fundamentais de primeira geração estão associados à liberdade; os de segunda, à igualdade; os de terceira, à fraternidade.
- ④ A possibilidade de indenização do dano moral, que a Constituição eleva à categoria de direito fundamental, assiste apenas às pessoas naturais.
- ⑤ Nos crimes cuja ação penal seja de iniciativa pública, apenas o Ministério Público pode provocar a atividade jurisdicional, estando banidos do atual sistema constitucional os procedimentos penais *ex officio*, bem como a ação penal instaurada por meio de portaria.

QUESTÃO 57

Considerando as normas constitucionais acerca da estrutura federal brasileira na Constituição, julgue os itens abaixo.

- ① No sistema constitucional positivo do Brasil, os municípios são integrantes da Federação, apesar de não possuírem as mesmas competências e os mesmos poderes da União e dos estados.
- ② Dos municípios do Distrito Federal, Brasília é a capital dessa unidade da Federação, a qual acumula as competências dos estados-membros e dos municípios.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética:
Em um determinado estado da Federação, o governador deixou de cumprir decisões do tribunal de justiça, o qual, mediante requerimento da parte interessada, comunicou a desobediência ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), para fins de intervenção federal. O STJ julgou procedente o pedido de intervenção federal e, após gestões inúteis, decretou a intervenção no estado.
Na situação apresentada, o STJ agiu conforme lhe autoriza a Constituição.
- ④ Considere a seguinte situação hipotética:
Dois estados-membros vizinhos constataram que em suas populações havia o desejo de unirem-se em uma só unidade da Federação. Em face disso, cada um realizou plebiscito no respectivo território, sendo aprovada a fusão entre ambos. O resultado dos plebiscitos foi comunicado ao Congresso Nacional, que o aprovou, por lei complementar, dando nascimento ao novo estado.
Nesse caso, foi constitucionalmente válida a criação da nova unidade da Federação.
- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:
Carolina é vereadora de um município da região Norte do país e, indignada com uma emenda constitucional que, a seu ver, causou dano às finanças de seu município, escreveu um artigo e remeteu-o à publicação em jornais de Brasília. No artigo, desferiu violentos ataques pessoais à honra do presidente do Congresso Nacional, que resolveu processá-la criminalmente. Nessas condições, apesar de deter inviolabilidade por suas opiniões e palavras no exercício do mandato, Carolina poderá ser condenada judicialmente porque agiu fora do território municipal.

QUESTÃO 58

Considerando as normas constitucionais acerca da comunicação social, julgue os itens que se seguem.

- ① A Constituição impõe à comunicação social o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de maneira que a lei pode impedir aos meios de comunicação a veiculação de matérias que ofendam esses valores.
- ② Compete ao presidente da República, por decreto, estabelecer meios que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao ambiente.
- ③ Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a qual independe de licitação.
- ④ O Ministério das Comunicações não tem o poder de outorgar concessão a emissora de televisão sem ouvir o Congresso Nacional.
- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:
A empresa Amoral Comunicação Social Ltda. detém concessão como emissora de televisão. O órgão competente do poder público federal seguidamente aplicou punições à empresa por ofensa às normas legais disciplinadoras dessa atividade, as quais previam a possibilidade de cancelamento da concessão nesses casos.
Nessa situação, o cancelamento será possível ainda antes do prazo da concessão, desde que mediante ação judicial.

QUESTÃO 59

Em relação ao Poder Legislativo, julgue os itens que se seguem.

- ① Os órgãos diretivos do Poder Legislativo brasileiro, que é bicameral em todas as esferas de governo, são as respectivas mesas, nas quais devem estar presentes, tanto quanto possível, todas as representações políticas de partidos e blocos parlamentares participantes da casa.
- ② O Senado Federal possui oitenta e um membros, de maneira que as decisões de seu plenário são tomadas validamente, como regra geral, com a presença mínima de quarenta e um senadores, sendo que, nesses casos, as deliberações precisam apenas da maioria simples dos presentes.
- ③ As assembleias legislativas têm legitimidade constitucional para, individualmente, propor emenda à Constituição da República, desde que na assembleia proponente a proposta haja contado com três quintos dos votos dos respectivos deputados estaduais.
- ④ Considere a seguinte situação hipotética:
➔ O presidente da República remeteu ao Congresso Nacional anteprojeto de lei dispondô quanto ao provimento e à remuneração de cargos de militares das forças armadas, matéria que é de sua iniciativa privativa. Durante a discussão do anteprojeto, um deputado federal apresentou emenda para elevação do soldo desses servidores. O anteprojeto foi aprovado nas comissões e em plenário, juntamente com a emenda. Igualmente aconteceu aprovação no Senado Federal, e o projeto foi enviado à sanção do chefe do Poder Executivo.

Na situação descrita, deve o presidente da República votar a elevação do soldo dos servidores, por ser inconstitucional.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:
César é uma pessoa física, não-servidor público, que, temporariamente, se ofereceu para manter sob sua guarda recursos públicos da representação de um órgão federal em uma distante cidade do interior do país. Algum tempo depois disso, surgiu a suspeita de que aquele cidadão ter-se-ia apropriado de parte dos recursos, o que gerou a formulação de comunicação ao Tribunal de Contas da União. Este órgão administrativo determinou a realização de tomada de contas especial (TCE) relativamente ao referido cidadão, que, insatisfeito, impetrou mandado de segurança contra a TCE, alegando que não estava obrigado a prestar contas, por ser pessoa física e, ademais, por não ser servidor público.
Nessas condições, o mandado de segurança deve ser indeferido, pois conflita com as disposições constitucionais incidentes.

QUESTÃO 60

Acerca do Poder Judiciário, julgue os seguintes itens.

- ① No caso de mandados de segurança de competência originária de TRF, o recurso adequado contra o acórdão que o julgar será o recurso extraordinário ou o recurso especial, dependendo de o fundamento da decisão ter sido, respectivamente, constitucional ou infraconstitucional.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
O presidente da República ajuizou ação declaratória de constitucionalidade, com pedido de liminar, de lei que criava determinada contribuição social. O STF concedeu o provimento liminar. Nesse ínterim, vários juízes federais, país afora, começaram a conceder liminares, em ações individuais, eximindo os contribuintes do pagamento da referida contribuição.
Nessas circunstâncias, estritamente de acordo com o texto constitucional, as liminares dos juízes federais são válidas, pois a decisão liminar em ação declaratória de constitucionalidade não tem efeito vinculante.
- ③ As causas de que autarquia federal seja parte têm de ser julgadas pela justiça federal.
- ④ No sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) em relação a determinada lei federal não impede que a compatibilidade dessa lei com a Constituição seja discutida em ações individuais.
- ⑤ Nem todos os órgãos e entidades legitimados pela Constituição para provocar o controle concentrado de constitucionalidade por meio de ADIn têm legitimidade para ajuizar essa ação contra lei federal contrária ao texto constitucional em relação a qualquer matéria.

QUESTÃO 61

Em relação ao Poder Executivo brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ① Compete ao presidente da República a nomeação dos ministros de Estado, a qual, em certas situações, se condiciona à aprovação do Conselho da República.
- ② No exercício do poder regulamentar, o presidente da República pode aprovar regulamentos e baixar decretos para a execução da lei e da Constituição, sendo válida a expedição de normas que disciplinem por inteiro as disposições constitucionais enquanto não sobrevier lei, complementar ou ordinária, que as regulamente.
- ③ Apesar das recentes alterações no capítulo constitucional pertinente ao presidente da República, o sistema constitucional brasileiro continua a não admitir candidaturas autônomas nem avulsas para os cargos de presidente e vice-presidente da República.
- ④ Considere a seguinte situação hipotética:
Lucas, Mateus e Jonas são candidatos à presidência da República. No fim da apuração dos votos do primeiro turno de votação, os dois primeiros resultaram os mais votados, mas nenhum deles logrou reunir os votos necessários à eleição desde logo. Antes da segunda votação, Lucas veio a falecer.
Nessa situação, deve realizar-se o segundo turno, para o qual Jonas deve ser convocado a disputar o cargo com Mateus.
- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:
Juvenal é o presidente da República e Anfilóbio, o vice-presidente, eleitos para mandato de quatro anos, no período de 1.º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006. Dois meses após a posse, Juvenal e Anfilóbio falecem devido a contaminação por um vírus mutante desconhecido. Convocam-se novas eleições e são eleitos Gilvan e Artaxerxes para os cargos em questão, vindo estes a tomar posse em 1.º de maio de 2005.
Nessas condições, de conformidade com as normas constitucionais hoje vigentes, o mandato dos novos eleitos findará em 31 de dezembro de 2006.

QUESTÃO 62

Em função das normas constitucionais concernentes à ordem econômica e financeira, julgue os itens seguintes.

- ① A fim de estimular e desenvolver os agentes econômicos internos, a lei brasileira deve outorgar tratamento privilegiado à empresa brasileira de capital nacional e de pequeno porte.
- ② Considere a seguinte situação hipotética:
O município Y precisou construir um hospital no terreno onde estava construído um clube recreativo. Para tanto, o prefeito municipal declarou o clube como bem de interesse público e o desapropriou, determinando que o pagamento, tanto da terra quanto das benfeitorias, fosse prévio e em dinheiro.
Nesse caso, o prefeito agiu em consonância com o capítulo constitucional concernente à política urbana.
- ③ Nem todos os imóveis rurais são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, ainda que não sejam produtivos ou não estejam cumprindo sua função social.
- ④ Considere a seguinte situação hipotética:
O Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou o funcionamento da empresa financeira denominada Banco Lucrofácil S.A. Após algum tempo de atuação, os controladores do banco houveram por bem mudar de ramo e extinguir a empresa. Para tanto, anunciaram estar dispostos a vender a autorização recebida do BACEN a outro grupo empresarial que tivesse interesse em ingressar na área financeira. De fato, um grupo econômico interessou-se e adquiriu a autorização, criando nova pessoa jurídica com base nela, o Banco Lucrofácil S.A. Nessa época, o antigo banco foi dissolvido.
Nessas circunstâncias, em face da Constituição, a venda da autorização é negócio juridicamente nulo.
- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:
Como agente normativo e regulador da atividade econômica, a União aprovou, por decreto do presidente da República, documento intitulado **Diretrizes de Planejamento para a Atividade Econômica Nacional: 2000-2005**. Nesse documento, a União definiu as áreas de atividades às quais se deveriam dedicar os entes da administração pública indireta, assim como estatuiu os ramos da atividade econômica que reputou inadequados para o interesse nacional. Para estes ramos, o decreto previu diversas sanções para as empresas, públicas e privadas, que persistissem nas atividades inadequadas.
Nessa situação, em face do papel do Estado na busca do interesse público, as sanções previstas no planejamento econômico da União são constitucionalmente legítimas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 63

Os princípios constitucionais traduzem no imo e em suas expansões projeções de direitos fundamentais, ou melhor, no miolo, são garantias de direitos fundamentais, notadamente dos da capacidade, liberdade, dignidade humana, propriedade e igualdade, além de valores republicanos, federalistas e solidaristas.

Os princípios constitucionais tributários e as imunidades (vedações ao poder de tributar) traduzem reafirmações, expansões e garantias dos direitos fundamentais e do regime federal. São portanto cláusulas constitucionais perenes, pétreas, insuprimíveis (art. 60, § 4.º, da Constituição da República).

Sacha Calmon Navarro Coelho. Curso de direito tributário brasileiro. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 180-1 (com adaptações).

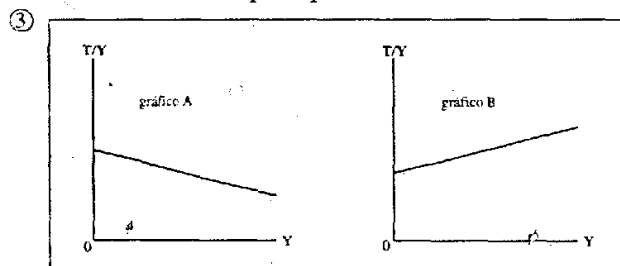
Em relação aos princípios constitucionais da tributação, julgue os itens abaixo.

① Desde que o legislador observe as espécies de tributos autorizadas pela Constituição, poderá onerar qualquer manifestação de atividade econômica ao criar tributo.

② Considere a seguinte situação hipotética:

O Congresso Nacional aprovou lei criando determinado tributo, cuja receita, todavia, não foi prevista na lei orçamentária para o exercício seguinte.

Nessa situação, a cobrança do tributo pode ser realizada, mesmo se não houver alteração na lei orçamentária, pois esse quadro não se choca com o princípio da anterioridade.



Considerando que, nos gráficos acima, Y corresponda à quantidade de renda de um contribuinte e T, à quantidade de tributo, então o gráfico A representará um tributo de caráter regressivo, enquanto o gráfico B, um tributo progressivo.

① O conhecido brocardo *No taxation without representation* é considerado um dos fundamentos do princípio da legalidade tributária, significando que as exações tributárias têm de ser aprovadas pelos representantes do povo a fim de poderem ser validamente cobradas; não obstante, o princípio da legalidade está sujeito a certas exceções no quadro constitucional brasileiro.

② Considere a seguinte situação hipotética:

O governo federal, com base em detalhados estudos, concluiu que não convém ao interesse público determinada atividade econômica, a qual pretende, portanto, desestimular. Como um dos instrumentos destinados a atingir essa finalidade inibitória, o Congresso Nacional aprovou lei taxando em sessenta por cento o faturamento dessa atividade.

Nestas circunstâncias, a lei é constitucional, desde que haja passado por todas as fases do processo legislativo.

QUESTÃO 64

Relativamente às taxas, julgue os seguintes itens.

① Considere a seguinte situação hipotética:

O estado X passou a prestar determinado serviço público específico e divisível aos cidadãos e, em razão disso, iniciou a cobrança de taxa daqueles à disposição de quem o serviço foi posto. A cobrança da taxa amparou-se no art. 145 da Constituição da República, que prevê essa espécie tributária, e foi implementada por decreto do governador do estado.

Na situação apresentada, o arcabouço jurídico mencionado é suficiente à cobrança válida da taxa.

② Diferentemente do que ocorre em relação a determinados impostos, os fatos econômicos que dão ensejo à cobrança das taxas não são especificamente indicados na Constituição, de maneira que, em princípio, qualquer exercício do poder de polícia e qualquer prestação de serviço público específico e divisível podem servir de base fática para a cobrança de taxa.

③ Para a distinção entre taxa e preço público, é correto apontar, entre outras, as seguintes características: o regime jurídico das taxas é legal, enquanto o dos preços, contratual; a taxa pode ser cobrada ainda que o contribuinte efetivamente não usufrua o serviço, ao passo que o preço depende da prestação do serviço; a alíquota e a base de cálculo da taxa submetem-se ao princípio da anterioridade, mas o preço pode ser elevado de imediato.

④ Considere a seguinte situação hipotética:

Um município passou a prestar o serviço de iluminação pública em uma região até então dela desprovida. Em consequência, após editar as normas necessárias, principiou a cobrança de taxa da população atendida pelo serviço.

Na situação apresentada, a cobrança é constitucionalmente legítima.

⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

Com base no poder de polícia, um município instituiu uma taxa de fiscalização de atividade econômica. Todavia, o município jamais estruturou o setor responsável pelo exercício da polícia administrativa correspondente à taxa.

Nesse caso, embora se trate de exercício apenas potencial do poder de polícia, a taxa pode ser legitimamente cobrada.

24

QUESTÃO 65

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
 - II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
 - III – cobrar tributos:
 - a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
 - IV – utilizar tributo com efeito de confisco;
 - V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
 - VI – instituir impostos sobre:
 - a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
 - b) templos de qualquer culto;
 - c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
 - d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- (...)

Art. 151. É vedado à União:

- I – instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;
- II – tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- III – instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Constituição da República Federativa do Brasil.

À luz do trecho transcrito da Constituição da República, julgue os itens abaixo, relativamente às imunidades tributárias.

- ① Os art.º 150 e 151 da Constituição da República estabelecem limitações ao poder de tributar, formulando princípios como os da legalidade, da anterioridade, da proibição de confisco, da imunidade recíproca das pessoas jurídicas de direito público etc. Esses dispositivos contêm todas as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- ② Quanto à origem, a distinção entre a imunidade e a isenção consiste em que a primeira é uma limitação heterônoma constitucional ao poder de tributar, ao passo que a segunda é uma limitação legal, heterônoma ou autônoma, ao poder de tributar; embora, como regra, a lei isenacional provenha da própria pessoa jurídica com competência tributária, é possível que lei complementar federal estabeleça isenção em relação a imposto estadual.
- ③ As imunidades tributárias alcançam exclusivamente impostos.
- ④ Considere a seguinte situação hipotética:

Uma instituição de assistência social sem fins lucrativos vende confecções para auferir receita destinada à consecução de seus objetivos estatutários. A venda dos objetos configura, em princípio, hipótese de incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). O estado-membro onde se situa a instituição concluiu pelo cabimento da cobrança do ICMS, razão por que autuou a entidade. Contra a autuação, a instituição ajuizou ação, invocando imunidade.

Nesse caso, assiste razão à instituição de assistência social, pois a Constituição impede a incidência do tributo.
- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

Uma empresa editora foi autuada porquanto não vinha recolhendo a contribuição para o FINSOCIAL. Na defesa administrativa que ofereceu, invocou imunidade constitucional concernente aos livros, jornais, periódicos e ao papel destinado à sua impressão. Nessas circunstâncias, deve ser mantida a autuação, uma vez que a contribuição para o FINSOCIAL não está abrangida pela referida imunidade.

QUESTÃO 66

Com relação às contribuições sociais, julgue os itens a seguir.

- ① As contribuições sociais para a seguridade social aplica-se a regra geral dos tributos, segundo a qual a pessoa política com competência tributária detém igualmente a capacidade tributária ativa.
- ② As contribuições sociais, consoante a doutrina contemporânea majoritária, ostentam natureza tributária; aplica-se-lhes, portanto, a disposição – contida no Código Tributário Nacional (CTN) – segundo a qual a natureza jurídica específica do tributo é determinada pela hipótese de incidência da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a destinação do produto da sua arrecadação.
- ③ Considere a seguinte situação hipotética:

João é titular de uma firma individual que presta serviços por meio de pessoas contratadas para cada tarefa específica, mediante contratos de prestação de serviços, sem as características próprias dos contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Nessa situação, em face da Constituição da República, da firma individual em causa pode ser validamente cobrada contribuição para a seguridade social, mesmo diante da inexistência de vínculo empregatício entre a pessoa jurídica e os prestadores de serviços.

- ④ Considere a seguinte situação hipotética:

Determinada lei modificou a sistemática da contribuição para a seguridade social devida pelas empresas, cobrada sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, estabelecendo alíquotas e bases de cálculo diferenciadas em função da atividade das empresas.

Em tal caso, a lei seria necessariamente inconstitucional, por estabelecer diferenciações para mesmas categorias de contribuintes em face de sua atividade econômica, o que é constitucionalmente inadmissível.

- ⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

Uma empresa, no exercício de 1998, auferiu R\$ 10.000.000,00 como receita operacional. Em suas demonstrações contábeis, apresentou o resultado final no ano de R\$ 200.000,00 como lucro real.

Nesse caso, em face da Constituição e excluída a contribuição incidente sobre a folha de salários e os demais rendimentos do trabalho, não se poderá cobrar da empresa contribuição para a seguridade social que tenha como base de cálculo valor superior a R\$ 200.000,00.

QUESTÃO 67

Formalmente, a palavra lei, na linguagem jurídica dos Estados de Direito, é o ato normativo do Parlamento sancionado pelo Executivo ou promulgado pelo próprio Legislativo, na falta de sanção oportuna ou no caso de rejeição do veto. Daí Aliomar Baleeiro destacar que o tributo é ato de soberania do Estado, já que sua cobrança é autorizada pelo povo, por meio da representação política.

Maria de Fátima Ribeiro. In: Carlos Valder do Nascimento (coord.). Comentários ao Código Tributário Nacional. Lei n.º 5.172, de 25/10/66. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 197-b (com adaptações).

Em vista do texto e no que tange à legislação tributária, julgue os itens abaixo.

- ① Considere a seguinte situação hipotética:

Em determinado município, foi promulgada lei definindo os elementos para a cobrança válida do imposto predial e territorial urbano (IPTU), que tinha como referência a área construída do imóvel. A lei continha anexo com os valores do imposto. Dois anos depois da entrada em vigor, a secretaria municipal de finanças remeteu exposição de motivos ao prefeito, sugerindo a edição de decreto que atualizasse os valores do imposto, devido à desvalorização da moeda. Concordando com a exposição de motivos, o prefeito baixou decreto atualizando monetariamente os valores do IPTU.

Nessas circunstâncias, apesar do princípio da legalidade, o decreto é juridicamente válido.

- ② Considere a seguinte situação hipotética:

O Brasil, por intermédio do chefe do seu Poder Executivo, resolveu firmar tratado internacional que extingue como hipótese de incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza da pessoa física (IRPF) a percepção de remuneração proveniente do trabalho assalariado e da relação estatutária dos servidores públicos. O referido tratado conflita com a legislação federal que tipifica o recebimento de salários e vencimentos como hipótese de incidência do IRPF.

Nessa situação, no momento em que o presidente da República firmar o tratado e o instrumento deste for depositado no organismo internacional responsável, o IRPF não mais incidirá sobre fatos que correspondam à citada hipótese de incidência.

- ③ Considere a seguinte situação hipotética:

Uma lei estabeleceu como hipótese de incidência do imposto de importação (ImpI) o desembaraço aduaneiro de determinada mercadoria. Na vigência da lei, o inspetor da alfândega de um determinado porto, autoridade fiscal na localidade, editou ato declaratório liberando os importadores do pagamento do ImpI correspondente à mercadoria em questão. Dias depois, o secretário da Receita Federal, ao tomar conhecimento do ato declaratório, comunicou ao inspetor que este deveria ser invalidado, por conflitar com a lei disciplinadora do tributo. O inspetor assim procedeu, tornando o ato sem efeito.

Na situação apresentada, o contribuinte que deixou de pagar o ImpI durante o tempo em que vigorou o ato declaratório não tem direito adquirido ao não-pagamento do tributo; porém, a ele não se poderá impor penalidade, assim como não se lhe poderá exigir o pagamento de juros.

- ④ Considere a seguinte situação hipotética:

Certa lei federal estatuiu como obrigação tributária acessória a manutenção de determinados livros contábeis por parte do contribuinte pessoa jurídica. Por não manter em ordem esses livros, a empresa X foi autuada. Irresignada, recorreu contra a autuação. Durante o julgamento do auto, sobreveio nova lei, que deixou de considerar infração a inexistência dos tais livros contábeis.

No caso, a despeito da proteção constitucional ao ato jurídico perfeito e ao princípio da segurança jurídica, a lei nova aplicar-se-á ao auto de infração, que deixará de subsistir.

- ⑤ Se o Estado do Amazonas produzir lei estadual concernente a matéria tributária de sua competência, essa lei em caso algum poderá produzir efeitos fora do território amazonense, sob pena de ofender o princípio federativo.

QUESTÃO 68

Em relação à obrigação tributária, julgue os itens que se seguem.

① Considere a seguinte situação hipotética:

Certa lei descreve como hipótese de incidência de um tributo a transmissão da propriedade imobiliária. Carla é avó de Rodrigo, que tem vinte e dois anos de idade, e faz lavrar escritura de doação de uma casa ao neto, estipulando que a doação restaria sem efeito se Rodrigo não se casasse até os vinte e três anos. A doação foi registrada no cartório de imóveis e Rodrigo entrou na posse do bem. Todavia, Rodrigo completou vinte e três anos e não contraiu matrimônio.

Nessas condições, do ponto de vista tributário, não chegou a configurar-se o fato gerador do tributo, dada a extinção da doação.

② Considere a seguinte situação hipotética:

Antônio era titular de uma empresa que faliu, vindo a ser proibido de exercer o comércio por certo prazo. Na vigência da proibição, Antônio mudou de cidade e voltou a comerciar, praticando atos considerados fatos geradores de ICMS. Ao ser cobrado pelo estado credor do tributo, Antônio invocou sua condição de proibido de dedicar-se à mercancia, alegando nulidade dos atos que praticara e, por isso, a inaptidão deles para serem suporte fático de tributação, em face da regra segundo a qual o que é nulo não produz efeitos.

Nessas condições, o tributo pode ser validamente cobrado.

③ Considere a seguinte situação hipotética:

Valéria recebeu, por morte de André, a propriedade de um imóvel cuja propriedade ensejava a incidência do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR). O imóvel valia R\$ 100.000,00, mas o valor devido pelo *de cujus*, a título desse imposto, montava a R\$ 160.000,00. Valéria era proprietária de vários outros bens, além desse imóvel, sendo o patrimônio total dela correspondente a cerca de R\$ 500.000,00. A entidade credora do tributo promoveu execução fiscal contra Valéria, pelo valor total do débito.

Nesse caso, apesar do seu patrimônio, Valéria não pode ser juridicamente obrigada a pagar valor superior a R\$ 100.000,00.

④ Considere a seguinte situação hipotética:

Virgínia é sócia de uma empresa que possuía importantes débitos com o fisco federal, contraídos ao longo de seu regular funcionamento. Em momento algum, os sócios da antiga empresa agiram com fraude. A empresa extinguiu-se, e Virgínia passou a explorar a mesma atividade, sob a roupagem jurídica de firma individual.

Nessa condição, a firma individual de Virgínia não pode ser cobrada pelos tributos da antiga empresa, por se tratar de pessoas jurídicas distintas e uma vez que não houve fraude por parte dos sócios da devedora.

⑤ Se Pedro é empregado de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada e falsifica uma guia de recolhimento de tributos em nome da empresa, ele, por ser apenas empregado, não poderá ser juridicamente responsabilizado pelo débito, que, no entanto, subsistirá em relação à pessoa jurídica.

QUESTÃO 69

Em relação ao crédito tributário, julgue os itens abaixo.

① Considere a seguinte situação hipotética:

No dia 1.º de fevereiro de 1997, ocorreu o fato gerador de um determinado tributo. O procedimento de lançamento concluiu-se em agosto de 1999.

Nessa situação, a lei aplicável ao lançamento será a de fevereiro de 1997.

② Considere a seguinte situação hipotética:

Márcia apresentou à Secretaria da Receita Federal (SRF) declaração do IRPF relativa ao exercício de 1997, com dados falsos, almejando sonegar parte do tributo. A falsidade não foi detectada de início e a contribuinte foi regularmente notificada do lançamento. Meses depois, a SRF verificou o estratagema de Márcia e, de ofício, reviu o lançamento do IRPF, notificando-a novamente a pagar o valor correto do imposto.

Nesse caso, apesar de o lançamento já haver sido notificado anteriormente, é legal a sua revisão, de ofício.

③ Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa XYZ Ltda. foi notificada pelo fisco e, não se conformando com a cobrança do crédito tributário, ajuizou ação para obter a declaração de inexistência de relação jurídica tributária. O pedido foi julgado procedente, por decisão que passou em julgado.

Nesse caso, diante da decisão judicial, a empresa não poderá mais ser cobrada, mas o crédito tributário não será considerado extinto, permanecendo nos registros da fazenda pública até consumir-se a decadência.

④ Considere a seguinte situação hipotética:

O contribuinte Lúcio ajuizou ação de consignação em pagamento em face da União, para depósito judicial de tributo federal. O pedido da ação foi julgado improcedente.

Em tal caso, o crédito tributário poderá ser cobrado com juros de mora e as demais penalidades aplicáveis.

⑤ As garantias e os privilégios do crédito tributário não são exclusiva dos previstos no CTN; leis extravagantes podem prever outros, especificamente para determinados tributos, em virtude da natureza ou das características deles.

QUESTÃO 70

No que concerne à administração tributária, julgue os itens a seguir.

① Considere a seguinte situação hipotética:

Ana trabalha na fiscalização do INSS e, como tal, compareceu a um cartório de registro imobiliário, a fim de levantar dados referentes a determinado contribuinte. Ao chegar ao cartório, foi informada pelo respectivo oficial de que os livros do órgão não seriam franqueados à fiscalização, pois, não sendo o cartório o contribuinte fiscalizado e sendo órgão estranho à estrutura administrativa do INSS, somente poderiam ser manuseados pelos próprios servidores e pela corregedoria da justiça do estado.

No caso, agiu ilegalmente o oficial do registro de imóveis, pois, mediante intimação escrita, ele tinha o dever jurídico de prestar todas as informações indispensáveis à fiscalização.

② Considere a seguinte situação hipotética:

Fernando é fiscal de contribuições previdenciárias do INSS e recebeu determinação de sua chefia no sentido de fiscalizar a regularidade de uma determinada empresa. Ao comparecer à sede da pessoa jurídica, foi informado por um empregado subalterno de que os documentos necessários à ação fiscal, tais como as folhas de salários e as fichas de empregados, não costumavam ser exibidos à fiscalização.

Nessas circunstâncias, a única providência legalmente válida a ser tomada pelo fiscal seria solicitar à procuradoria estadual do INSS o ajuizamento de ação adequada para ter acesso aos livros e registros da pessoa jurídica.

③ Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa Y tem interesse em participar de procedimento licitatório, no qual precisará apresentar certidão negativa de débito (CND) expedida pelo INSS. A empresa requereu a CND pela Internet e o documento que recebeu indicava que ela era devedora de contribuições sociais, as quais se encontravam com a exigibilidade suspensa por força de medida liminar em mandado de segurança.

Nessas condições, a empresa somente poderá participar da licitação se a dívida estiver segurada por penhora ou outra garantia idônea.

④ Considere a seguinte situação hipotética:

Túlio é servidor do INSS, lotado no setor de emissão de CNDs e, em uma ocasião, concordou em receber propina de uma empresa devedora da autarquia para o fim de emitir a certidão negativa. A CND falsa foi emitida e, pouco tempo depois, descobriu-se o ato criminoso de Túlio.

Nesse caso, o servidor, além de estar sujeito, cumulativamente, à responsabilidade criminal e administrativa, tornar-se-á pessoalmente responsável pelo pagamento da dívida.

⑤ Considere a seguinte situação hipotética:

O INSS ajuizou ação contra um contribuinte com base em certidão de dívida ativa à qual faltava a indicação da origem do crédito tributário. O devedor defendeu-se e apontou a omissão da certidão. O INSS, administrativamente, sanou a irregularidade e emitiu nova certidão, cuja juntada aos autos requereu. O juiz federal deferiu a juntada e rechaçou a defesa do contribuinte.

Nesse caso, o juiz federal agiu de acordo com o CTN.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Concursos Públicos - Edital n.º 1/99 - PA/INSS, de 1.º/9/99, republicado em 2/9/99

CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO DO INSS

O CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília, divulga o gabarito oficial preliminar das provas objetivas aplicadas no dia 31 de outubro de 1999. O candidato disporá dos dias, 4 e 5 de novembro de 1999 para dar entrada a eventuais recursos referentes ao gabarito oficial preliminar das provas objetivas do concurso público. Para tal fim, o candidato deverá utilizar o modelo de formulário definido nas Instruções ao Candidato e entregar o recurso nos seguintes endereços e horários:

BRASÍLIA/DF - Setor de Atendimento a Candidatos, CESPE/UnB, das 8 h às 19 h;

JOÃO PESSOA/PB - Av. Dr. Moisés Coelho, n.º 152 - COPERVE - Bairro da Torre, das 9 h às 16 h;

demais localidades - nos locais de realização das provas, das 9 h às 16 h.

GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS

GRUPO I

		DIREITO COMERCIAL			DIREITO PENAL			DIREITO PROC. PENAL			DIREITO DO TRABALHO				DIREITO PROC. DO TRABALHO				LÍNGUA PORTUGUESA				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
ITENS	1	C	C	E	E	E	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E
	2	E	C	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E	E	C	C	C	C	C	E	E	C	C
	3	E	E	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	E	E	E	E	E	C	E	E	C	C
	4	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	C	E	C	E	E	E
	5	C	C	C	E	E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	C	E	E	C	E	E	E	C

GRUPO II

		DIREITO PREVIDENCIÁRIO										DIREITO PROCESSUAL CIVIL								DIREITO CIVIL					
		23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46
ITENS	1	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E	E	C	C
	2	C	E	E	C	E	E	E	E	E	C	E	C	C	C	C	E	C	E	E	E	C	C	E	E
	3	E	C	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C	C	E	C	C	E	E
	4	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	E	E	E	C	E	E	E	E	C	E
	5	E	E	C	E	E	C	C	C	C	C	C	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	E	C	C

		DIREITO ADMINISTRATIVO								DIREITO CONSTITUCIONAL								DIREITO TRIBUTÁRIO							
		47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
ITENS	1	C	C	E	E	C	E	C	E	C	C	C	E	E	E	E	E	E	E	E	C	E	C	C	
	2	C	E	C	E	E	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	C	C	E	E	C	C	E
	3	E	E	E	E	E	C	E	C	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	
	4	E	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C	C	C	C	C	C	E	E	E	C	E	C	C
	5	E	E	C	C	C	E	C	C	E	E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	E	E	E	C	C